

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

JÉFERSON RICARDO BRITO DA SILVA

**SOCIOLOGIA AMBIENTAL: Estudo na Perspectiva da Sociedade de Risco e
Identidade entre Membros do Programa Catavida em Novo Hamburgo, RS**

Porto Alegre

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

JÉFERSON RICARDO BRITO DA SILVA

**SOCIOLOGIA AMBIENTAL: Estudo na Perspectiva da Sociedade de Risco e
Identidade entre Membros do Programa Catavida em Novo Hamburgo, RS**

**Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao
Departamento de Sociologia - Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, como requisito
para obtenção do grau de Bacharel em Ciências
Sociais.**

Orientadora: Prof. Dra.Tania Steren dos Santos

Porto Alegre

2011

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Tania Steren dos Santos, pela dedicação, pela disponibilidade, pela generosidade e pela atenção criteriosa durante todo o período de elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso.

Ao Professor Marcelo B. Jungbluth, pela receptividade e atenção empreendida para facilitar a etapa de pesquisa de campo no Programa Catavida de Novo Hamburgo.

Aos amigos, à família e a Força Suprema, pela ajuda e pela compreensão.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso, na perspectiva da Sociologia Ambiental, salienta a importância do meio ambiente para a qualidade de vida da nossa sociedade. Discute conceitos das teorias da Sociedade de Risco e Modernização Reflexiva. Isto com o intuito de analisar o fenômeno dos riscos ambientais e suas reflexividades no âmbito do Programa Catavida de Novo Hamburgo, em 2011. Esta pesquisa focaliza a realidade e percepção dos catadores de resíduos. Eles são considerados como atores sociais no exercício da ecocidadania e valorizados pela sociedade por meio do seu empoderamento. É analisada, ademais, a sua reflexividade sobre as relações sociais e a organização político-social dominante, diante da iminente crise ambiental. Um dos objetivos principais da pesquisa foi compreender a construção da identidade pessoal, profissional e social do catador, considerando sua reflexão social e consciência socioambiental. Esta se estrutura em práticas transformadoras no contexto social no qual estão inseridos. Outro tópico abordado foi a geração de renda constituída pelo ato de catar lixo e a questão da responsabilidade socioambiental construída nesse processo, no qual a Coleta Seletiva Solidária se estrutura como cenário de interação social e democracia ecológica entre catadores e sociedade. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental, juntamente com a pesquisa de campo, utilizando-se a técnica de observação participante e de entrevista qualitativa. Em suma, foi verificado que o Programa Catavida, como política pública de Estado, é essencial para os catadores em condições de vulnerabilidade social, pela possibilidade que oferece de geração de trabalho e renda, promovendo maior inclusão social dos participantes. Ademais, ele incentiva a implantação de sistemas de gestão coletiva, diminuindo a estigmatização dessas pessoas, por meio do empoderamento e do desenvolvimento de uma identidade própria. A análise interpretativa dos dados indica que a questão social da reciclagem adquire relevância econômica, ambiental, social e humana. Assim, os catadores de material reciclável são fundamentais para o sistema produtivo de reciclagem, contribuindo para a sustentabilidade da nossa sociedade e, ao mesmo tempo, nele encontram uma estratégia viável de sobrevivência econômica. Por outro lado, ao procurarem equacionar a questão social e o descarte adequado do lixo, se colocam como sujeitos ativos e reflexivos, construindo novos significados e ações em condições de igualdade, para intervir efetivamente nas decisões que envolvem a sua própria situação e a realidade social.

Palavras chave: Sociologia Ambiental, Sociedade de Risco, Modernização Reflexiva, Identidade.

ABSTRACT

The Conclusion of Course Work in the perspective of Environmental Sociology, stresses the importance of the environment to the quality of life of our society. Discusses concepts of the theories of the Society of Risk and Reflexive Modernization. This in order to analyze the phenomenon of environmental risks and their reflexivities Catavi under the Program of Novo Hamburgo in 2011. This research focuses on the reality and perception of waste pickers. They are considered as social actors in the exercise of Ecocidadania and valued by society through their empowerment. It is considered, moreover, his reflectiveness on social relations and dominant social and political organization faced with the imminent environmental crisis. One of the main objectives of the research was to understand the construction of personal identity, social and professional groomer, considering its social and environmental consciousness and social reflection. This structure is transformative practices in the social context in which they live. Another topic addressed was the generation of income made by the act of picking up trash and the issue of environmental responsibility built in the process, in which the Joint Selective Collection is structured as a setting for social interaction between collectors and ecological democracy and society. The methodology used was literature research and documentation, along with field research, using the technique of participant observation and qualitative interview. In short, it was found that the Program Catavida, as public policy of state, is critical to the pickers in conditions of social vulnerability, which offers the possibility of generating employment and income by promoting greater social inclusion of participants. Furthermore, it encourages the establishment of collective management systems, reducing the stigma these people, through the empowerment and development of an identity. The interpretative analysis of the data indicates that the social issue of recycling becomes relevant economic, environmental, social and human. Thus, the collectors of recyclable material are essential to the production system of recycling, contributing to the sustainability of our society and at the same time, there are a viable strategy for economic survival. On the other hand, they seek to equate the social question and the proper disposal of garbage, put themselves as active and reflective, constructing new meanings and actions on equal terms, to intervene effectively in decisions involving their own situation and social reality.

Keywords: Environmental Sociology, Risk Society, Reflexive Modernization, Identity.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	8
2 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	10
3 – SOCIOLOGIA AMBIENTAL	13
4– SOCIEDADE DE RISCO E CONTEXTUALIZAÇÕES	14
4.1 Modernidade Reflexiva: Racionalidade Técnico-científica e Meio Ambiente	16
4.2 – Participação Política Direta, Democracia Ecológica e Política Ambiental.....	20
4.3 – Sustentabilidade Ambiental e Estado.....	21
5– IDENTIDADE SOCIAL NA MODERNIDADE	23
5.1 –Identidade Pessoal, Profissional e Educação Ambiental.....	24
6 Contextualização Sobre Coleta Seletiva e Reciclagem	28
6.1 Características do Programa Catavida.....	30
6.2–Perfil e Relações de Trabalho dos Catadores/Recicladores de Resíduos.....	34
6.3 –Algumas Reflexões sobre Consciência Socioambiental e Identidades... ..	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	45
ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	48

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como foco de pesquisa os catadores de materiais recicláveis inseridos no Programa Catavida, do bairro Kephas, em Novo Hamburgo, verificando as características do seu trabalho, sua consciência ambiental, reflexividade e identidade. A constituição de Programas Ambientais indica que o Estado é um dos agentes indispensáveis no processo de sustentabilidade. O Programa Catavida se estrutura no espaço das políticas públicas, através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo. O campo da Sociologia Ambiental possui um amplo espaço a ser desbravado na pesquisa acadêmica.

A questão a ser respondida no transcorrer da pesquisa está relacionada às contribuições da Sociologia Ambiental, tomando como base as teorias da Sociedade de Risco, Modernização Reflexiva e Identidade. Estas abordagens são capazes de abarcar questões ambientais no contexto concreto em estudo, pois a problemática desta pesquisa diz respeito a como os riscos ambientais provindos da poluição de materiais recicláveis trazem uma reflexividade e uma ação (consciente) para os atores sociais do Programa Catavida de Novo Hamburgo.

É de suma importância, atualmente, o tema do meio ambiente. Poder pesquisar a situação do catador de lixo, sua atuação e reflexividade social em relação aos problemas ambientais pode contribuir para a melhoria das condições de vida e trabalho de uma parcela significativa da população brasileira¹. Por sua vez, a escolha do tema reflete uma necessidade latente e emergencial no âmbito do conhecimento sociológico.

No capítulo 2 verificam-se os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo: pesquisa de campo (observação participante e entrevista semi-estruturada) e pesquisa bibliográfica e documental. Foram pesquisados documentos oriundos de várias fontes. Entre elas estão o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Assistência Social, Movimento Nacional dos Catadores, como trabalhos de pesquisa produzidos na mesma área.

No capítulo 3 é analisada a relação entre sociedade e meio ambiente no campo da Sociologia Ambiental. A teoria da Sociedade de Risco de Ulrich Beck (2010) e Anthony Giddens (2009) explica o aspecto global dos riscos e ameaças que criamos ao meio ambiente e aos seres humanos, considerando que o momento de ruptura da modernidade provoca uma

¹ O número de catadores de lixo no país, segundo o IBGE e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 2010 varia entre 300 mil a um milhão de pessoas.

reflexividade da sociedade moderna, que assume novos contornos, caracterizados como Sociedade de Risco. Nesta seção se analisa o referencial teórico que evidencia que o campo da Sociologia está cada vez mais sensível à realidade socioambiental.

No capítulo 4, a temática da Sociedade de Risco é abordada em seus contextos sociais nos remetendo a um alerta sobre as questões da ciência e a possibilidade de autodestruição da vida na nossa sociedade centrada no consumo excessivo e no desperdício irracional de recursos. Além disso, a Modernização Reflexiva é analisada pela condição de desincorporação e reincorporação de formas sociais industriais por outra modernidade que possibilite a reflexão sobre o outro, por meio de novas configurações das instituições sociais e da democracia ecológica.

No capítulo 5, o tema da constituição e identidade social, é abordado sob o viés da condição identitária dos catadores, a reflexividade proveniente da sua prática de trabalho e a consciência socioambiental decorrente dos problemas vivenciados no contexto social em que estão inseridos. No capítulo 6, serão apresentadas estatísticas referentes ao quadro atual da coleta seletiva e reciclagem no Brasil e em nível internacional, para ter uma panorâmica da situação atual do setor. No Capítulo 7, analisa-se a contextualização e caracterização do Programa Catavida, apresentando-se os resultados pertinentes à pesquisa, analisando a situação dos catadores de resíduos e a geração de renda e trabalho, relacionada à questão da responsabilidade socioambiental. Também são apresentados dados e reflexões sobre a condição do Programa Catavida, como política pública de Estado, a coleta seletiva solidária e a construção da identidade pessoal, profissional e social do catador de material reciclável.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Durante muito tempo acreditava-se que o caráter de cientificidade de uma pesquisa era conferido pela capacidade do pesquisador em abandonar qualquer traço de subjetividade, limitando a proximidade existente com o seu “objeto” de pesquisa. Quando mais tarde os “objetos” da pesquisa passaram a ser encarados como “sujeitos” da pesquisa, pôde-se então perceber que “... em boa medida, a lógica, a técnica e a estratégia de uma pesquisa de campo dependem tanto de pressupostos teóricos quanto da maneira como o pesquisador se coloca na pesquisa e através dela e, a partir daí, constitui simbolicamente o outro que investiga” (BRANDÃO, 1984, p.8). É dentro desta perspectiva que se insere a discussão sobre estilos participativos de investigação social.

De acordo com Brandão, uma das maiores dificuldades encontradas numa atividade científica está relacionada ao estranhamento. O ato de pesquisar o “...’outro lado’ é constituído também por pessoas, sujeitos sociais quase sempre diferentes do pesquisador...” (BRANDÃO, 1984, p. 8).

Em termos de métodos de pesquisa, utilizaram-se, para a elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso, algumas modalidades. Foram empregados o método de pesquisa bibliográfica e documental e o método Qualitativo no desenvolvimento da pesquisa de campo.

A técnica utilizada foi a observação participante. Esse recurso implica num “mergulho por inteiro no mundo do outro” e parte do pressuposto de que:

...em todos os mundos sociais, todas as instituições da vida estão interligadas de tal sorte e de tal maneira que se explicam através da posição que ocupam e da função que exercem no interior da vida social total, que somente uma apreensão pessoal e demorada de tudo possibilita a explicação científica daquela sociedade. [...] também, o primeiro fio de lógica do pesquisador deve ser não o seu, o de sua ciência, mas o da própria cultura que investiga, tal como a expressam os próprios sujeitos que a vivem (BRANDÃO, 1984, p.12).

No trabalho de campo, a observação participante foi aplicada no levantamento de dados sobre o Programa Catavida, localizado no Bairro Kephass em Novo Hamburgo. As razões da escolha prendem-se a aspectos de relevância para a análise da relação de reflexividade social e atitude prática dos membros do Programa Catavida.

Optou-se pela observação direta e pela técnica de entrevista como instrumentos básicos da pesquisa científica geradores de dados que possibilitaram questionar sobre o que, por que e como os fenômenos se apresentavam, contribuindo para a descrição e interpretação da complexidade do problema de pesquisa.

Também se utilizou a pesquisa bibliográfica e documental, esta facilitada pela divulgação de registros de atividades e reuniões internas do Programa Catavida. Na pesquisa documental foram coletados documentos oriundos de várias fontes como Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Assistência Social, Movimento Nacional dos Catadores, como trabalhos de pesquisa produzidos na mesma área em estudo e disponibilizados por instituições de ensino, entre outros.

Nas entrevistas semi-estruturadas, o pesquisador focaliza a atenção em determinados tópicos ou aspectos de uma questão que deseja abranger e aprofundar. Partindo de algumas perguntas abertas, podem-se adicionar outras perguntas para clarificar questões ou reconstituir um determinado contexto. Assim, embora haja certa flexibilidade na condução da entrevista, tenta-se limitar o entrevistado aos problemas e às questões que estão sendo investigados.

Essa técnica foi aplicada a dez catadores de ambos os gêneros. Foi entrevistado também um professor do Programa Catavida, assim como, as principais lideranças dos catadores/recicladores, definidos como “pessoas detentoras de informação válida, relevante e utilizável” acerca do objeto selecionado para a pesquisa (ANDER-EGG, 1995, p. 152). Estes são considerados como informantes –chave, os quais possuem dados privilegiados sobre a temática em questão. Cabe mencionar que houve uma boa receptividade em relação às entrevistas, já que, todos concordaram em serem entrevistados.

Nas entrevistas, além de dados gerais relativos à identificação pessoal, foram levantadas informações sobre a situação anterior e a posterior à atividade do trabalhador em cada unidade, referindo-se principalmente à antiguidade no trabalho de reciclagem, ao tipo de tarefas desenvolvidas anteriormente, a renda e a situação financeira. Foi pesquisada, ademais, a satisfação dos entrevistados com o trabalho e seu engajamento em outros trabalhos remunerados, além do serviço de separação do lixo, e a participação em treinamentos relacionados ao trabalho de reciclagem. Em outros blocos de perguntas, os trabalhadores foram questionados a respeito de questões sociais, culturais e políticas e condições de moradia e saneamento. Também foram coletados dados relativos ao índice de alfabetização e de escolaridade, assim como, a participação em reuniões da associação e em eventos culturais,

As relações de trabalho e de identificação pessoal com a atividade de catador/reciclador foram alguns dos temas recorrentes que perpassaram vários itens da entrevista, principalmente aqueles relacionados ao processo de trabalho e à distribuição dos ganhos na atividade de reciclagem. Ademais, tentou-se verificar as expectativas e os desejos que os trabalhadores projetam para o futuro, no sentido de desvelar o que os mantém na atividade de reciclagem e

se esta constitui para eles uma proposta continuada e concreta de vida e de trabalho, ou se é meramente uma questão de sobrevivência, que se estabelece em termos provisórios até que possam obter outra fonte de subsistência.

As questões formuladas referiam-se, em primeiro lugar, à situação geral do Programa Catavida, como a origem, a formação, a composição e os resultados econômico-financeiros. Em seguida, as entrevistas derivaram para processos de trabalho e organização interna, com perguntas sobre o modo como conduzem as tarefas e sobre as técnicas e equipamentos empregados. Também foram pesquisadas as formas de inserção dos catadores no Programa Catavida, participação nas decisões e desafios enfrentados cotidianamente. Nos demais blocos de questões, buscaram-se elementos sobre os vínculos com entidades externas, como os tipos de reivindicações e obstáculos no contato com essas entidades e também aspectos quanto à identidade da associação e das próprias lideranças em termos das expectativas quanto à trajetória profissional como catadores/recicladores.

As lideranças dos catadores foram indagadas a respeito de questões relacionadas aos contatos e às interações com o poder público e à consolidação da profissão. A formação da identidade pessoal e profissional de catador/reciclador foi analisada no que se refere a suas linhas de atuação, principais ações, reivindicações e sobre à sua inserção/participação.

Após a coleta de dados, foi realizada a análise das informações recolhidas, articulando-as com o referencial teórico. Os dados qualitativos foram analisados após a transcrição das fitas relativas às entrevistas semi-estruturadas e posteriormente transcritas. Para cada entrevista realizada, foram identificados eixos temáticos, que representam: Sociedade de Risco, Modernização Reflexiva (prática socioambiental de preservação da natureza), e identidade provinda da atividade profissional, as quais foram agrupadas de acordo com a similaridade de significado, formando categorias significativas de respostas (ver Anexo A).

3 SOCIOLOGIA AMBIENTAL

A relação entre a sociedade e meio ambiente nos remete ao campo da Sociologia Ambiental². Lenzi (2006) atribui a criação de uma Sociologia Ambiental realizada por Catton e Dunlap no final dos anos 70. Posteriormente, a teoria sociológica ambiental dividiu-se em três ramos: Modernização Ecológica, Desenvolvimento Sustentável e Sociedade de Risco.

Lenzi (2006) retrata que Catton e Dunlap propuseram um novo conjunto teórico que tornariam a Sociologia mais sensível à realidade socioambiental. A mudança paradigmática proposta pelos autores formaram a concepção de Sociologia Ambiental como o “estudo da interação entre o meio ambiente e a sociedade” (LENZI, 2006, p.278). Assim, o Paradigma de Excepcionalismo Humano contrasta com o Novo Paradigma Ecológico, uma vez que destaca as características humanas (cultura, tecnologia, linguagem e organização social), de modo a enfatizar o papel humano nas influências e coerções ambientais.

A contextualização da Modernização Ecológica e sua relação com a ecologização, segundo Lenzi (2006) pode possibilitar o crescimento econômico. Isto está relacionado à mudança do teor tecnológico e organizacional das atividades econômicas que introduz tecnologias preventivas de danos ambientais³. Assim, a “Modernização Ecológica está centrada primordialmente nos atores de mercado e no setor industrial” (SPAARGAREN, 2000, p. 46)⁴.

O Desenvolvimento Sustentável alia o interesse pelo meio ambiente e pela proteção ambiental. Barry (1999) situa o compromisso da sustentabilidade com as gerações humanas presentes e futuras. O Relatório Brundtland⁵ conceitua o Desenvolvimento Sustentável como sendo capaz de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades.

A vertente teórica deste Trabalho de Conclusão é a da Sociedade de Risco. Ulrich Beck (2010) e Anthony Giddens (2009) são os autores utilizados para explicar esta perspectiva. Estes autores procuram salientar o aspecto global dos riscos e ameaças que criamos ao meio

² Sobre Sociologia Ambiental observar a obra de John Hanningam (2006) e a pesquisa de Gustavo Lima (2001) e Fátima Portilho (2001).

³ O discurso da Modernização Ecológica sustenta a compatibilidade entre crescimento econômico e proteção ambiental.

⁴ Tradução do autor.

⁵ Também conhecido como “Nosso Futuro Comum” construído em 1987. Nesse relatório o conceito de desenvolvimento sustentável foi definido como o uso de recursos renováveis para promover o crescimento econômico, a proteção das espécies animais e da biodiversidade e o compromisso com a manutenção da pureza do ar, da água e da terra. Atende às necessidades de hoje, sem comprometer a capacidade de as próximas gerações atenderem às suas próprias necessidades (GIDDENS, 2005).

ambiente e aos seres humanos, considerando que o momento de ruptura da modernidade provoca uma reconfiguração da sociedade moderna, que assume novos contornos, caracterizados como Sociedade de Risco. Da mesma forma, Hanningam (2006) afirma que na Sociedade de Risco, as ameaças e perigos produzidos são partes da modernização, onde especialmente a poluição é disseminada de forma ampla, ao contrário do que acontecia na Sociedade Industrial em períodos anteriores.

Giddens (1987) associou ao industrialismo e capitalismo as mudanças ambientais na modernidade. Os impactos desses fenômenos sobre o meio ambiente seriam mediados pelo urbanismo moderno. O autor explica:

Quando o capitalismo está unido ao industrial está unido ao industrialismo, como tem ocorrido nas sociedades europeias, o resultado é o início de uma série dramaticamente importante de alterações na relação entre seres humanos e o mundo natural. (...) A cidade é o contêiner de poder e está claramente diferenciada do interior, mas ambos participam do conteúdo do mundo natural, na qual e com o qual os seres humanos vivem numa condição de simbiose. O advento do capitalismo altera tudo isso. Quando conectado às pressões da mercantilização generalizada, o industrialismo engendra os meios de alterar radicalmente as conexões entre vida social e mundo material. O principal mediador desse processo é o urbanismo (GIDDENS, 1987, p. 146) [tradução do autor].

Atualmente o “industrialismo se torna o eixo principal da interação dos seres humanos com a natureza em condições de modernidade” (1991, p. 66) e, ao mesmo tempo, em que se constitui num fator gerador de problemas ambientais, contraditoriamente produz elementos para seu enfrentamento e superação. Noutras palavras, a questão ambiental que emerge com a crise ecológica, e é criada pelas condições de risco da natureza, traz no seu bojo a possibilidade de subversão dos problemas gerados.

4 SOCIEDADE DE RISCO E CONTEXTUALIZAÇÕES

A relação ser humano/natureza está repleta de ameaças oriundas da ação humana. Beck (1995) distingue os riscos das diversas culturas (que não se defrontam com risco, mas com perigos, uma vez que eles não resultam de atitudes tecnoeconômicas). Todavia, os riscos são característicos das culturas modernas de Sociedade Industrial e de Sociedade de Risco, nas quais a ciência e tecnologia possuem papéis primordiais nos cenários econômicos.

Os riscos contemporâneos surgem de forma diferente daqueles provindos da industrialização do início do século XIX, característicos da Sociedade Industrial. Beck (1995b) instituiu três critérios para distinguir os novos riscos:

Diferentemente dos riscos da Sociedade Industrial inicial, as ameaças nucleares, químicas, ecológicas e biológicas contemporâneas não são: (1) delimitáveis, seja social ou temporalmente, (2) imputáveis de acordo com as regras preexistentes de causalidade, culpa e responsabilidade, e (3) nem compensáveis ou asseguráveis (BECK, 1995b, p.2) [tradução do autor].

Beck (1995a) adverte sobre a dimensão catastrófica dos riscos advinda da tecnologia genética, nuclear e química. A Sociedade de Risco sinaliza a condição excepcional de sociedades que se vêem confrontadas pelo desafio da possibilidade de autodestruição de parte da vida na Terra.

Na Sociedade de Risco, Beck (2010), situa que as posições de classe podem não coincidir no processo de vitimização. Riscos ecológicos podem produzir situações que afetam os diversos grupos sociais (ricos/pobres, brancos/negros, homens/mulheres, etc.), independentemente das classes sociais em que estão inseridos os indivíduos, uma vez que não seguem a segregação tradicional, em que os males ambientais são compartilhados pelas pessoas em iguais situações.

Com a intensificação dos riscos, é criado o “fim do Outro”. No passado, o sofrimento humano teria se construído através do “Outro”, em que grupos humanos invariavelmente seriam o foco da violência e exclusão social. Atualmente, os novos riscos ecológicos de longo alcance limitaram a distância entre os “Outros e Nós”, como indica: “pobreza pode ser marginalizada, mas não as ameaças da tecnologia nuclear, química e genética” (BECK, 1995b, p. 27)⁶.

A tendência universalizante e globalizante dos novos riscos ecológicos, seguidos pela globalização da produção industrial, tornam-os independentes do local onde são produzidos. Para Beck (2010), a Sociedade de Risco seria uma comunidade de perigo, que no contexto da sociedade mundial ultrapassa as fronteiras geográficas, políticas e sociais.

Os riscos podem ser mediados pela ciência, que como órgãos sensores, tem como fim tornar visível ou interpretável os novos riscos (contaminações nucleares e químicas, poluentes em gêneros alimentícios, doenças da civilização) que escapam completamente à capacidade humana de percepção direta das vítimas (BECK, 2010). A relação das pessoas com a ciência e seus representantes (institutos de pesquisa, cientistas e especialistas) possibilitam uma melhor compreensão dos fatos que ocorrem com elas e com a natureza.

Por fim, Beck (1998a) aponta três tipos de riscos globais: a) provenientes da riqueza e associados ao desenvolvimento tecnoindustrial, b) condicionados pela pobreza, que como

⁶ Tradução do autor

enaltece o Relatório Bruntland, pode ser um estímulo à degradação ambiental, c) riscos oriundos de armas de destruição em grande escala, usadas no embate entre nações, no caso de guerra ou ações de grupos terroristas. Na Sociedade de Risco, a condição de vítima envolve a reelaboração de sua experiência pelo conhecimento científico e da informação técnica que é adquirida sobre os riscos.

Nesta pesquisa com membros do Programa Catavida, verificou-se que os catadores de materiais recicláveis expressaram com consciência (do senso comum e da aprendizagem proporcionada pelo Programa Catavida) a reflexividade que tem sobre os riscos socioambientais e sobre a importância do seu trabalho de reciclagem para a preservação do meio ambiente.

4.1 MODERNIDADE REFLEXIVA: RACIONALIDADE TÉCNICOCIENTÍFICA E MEIO AMBIENTE

A aceitação da existência de perigos exige a comprovação de órgãos sensores da ciência, como mecanismo de interpretar as ameaças da modernização. Beck (2010) estabelece a relação entre ciência moderna e riscos ambientais, na qual a ciência com sua divisão do trabalho especializada é incapaz de reagir aos riscos civilizacionais, uma vez que elas estão envolvidas na origem e no crescimento dos riscos.

Todavia, Beck (2010) esclarece que a ciência pode tomar o rumo das fontes de soluções para a resolução dos problemas ambientais. Nesta perspectiva, a ciência ocupa uma posição ambivalente, atuando na identificação das causas, definições e resoluções.

A ciência estimula o crescimento econômico por meio da tecnologia. Beck (2010) ressalta que a ciência está diretamente envolvida na produção dos riscos via tecnologia de alto risco.

A esfera econômica, ao instrumentalizar a ciência, busca uma produtividade crescente e desenvolve uma dificuldade sistemática de detectar os riscos e perigos ambientais. Isso indica que não devemos negligenciar a interligação do desenvolvimento tecnocientífico com as exigências econômicas contemporâneas (BECK, 2010).

Beck (2010) considera que os interesses políticos e econômicos influenciam a forma de se perceber os riscos. As relações de causa e efeito, pelas quais são construídas as ações humanas e os impactos ambientais concernem ao contexto social em que os riscos são avaliados.

A especialização do conhecimento científico se relaciona aos riscos da modernização e a economia moderna. Beck associa especialização científica com a produção de riscos e efeitos colaterais: “quanto mais alto o grau de especialização, maior são o alcance, o número e a incalculabilidade das conseqüências secundárias da ação tecnocientífica” (BECK, 2010, p. 178). O autor salienta que existem dificuldades para estabelecer uma relação direta entre causas e efeitos relacionadas com as ameaças da poluição industrial e os riscos modernos, como os ecológicos de grandes conseqüências. Assim, a ciência passa a “relativizar e pluralizar a construção dos riscos pelos especialistas e os expõe a uma dúvida radical” (BECK, 1998, p. 157).

A autoridade da ciência está no estabelecimento do nível de segurança dos novos sistemas tecnológicos e no nível de tolerância em relação à poluição, em sistemas ecológicos. No entanto, Beck (2010) adverte que os “especialistas em riscos técnicos estão equivocados quanto à precisão empírica de suas premissas implícitas de valor, especificamente suas suposições sobre o que aparece aceitável para a população” (BECK, 2010, p. 58). Ele avalia, ademais, que a legitimação dos riscos da modernização leva a um processo institucional de contradições por parte da ciência e tecnologia. Os riscos tecnológicos de grandes conseqüências retornam na forma de uma contradição imanente no interior das instituições responsáveis por analisar estas mesmas ameaças.

A impossibilidade de atribuir responsabilidade, de acordo com Beck (1995a), é conseqüência da produção de riscos. A contradição institucional latente, na qual ninguém é responsabilizado pelas ameaças produzidas é resultado da irresponsabilidade organizada. No Estado de seguridade desenvolvida “estes perigos naturalmente mediados assumem a forma de crise de responsabilidade para o sistema, forçando a se repensar o problema da atribuição e regulação na sociedade” (BECK, 1995a, p. 109). O autor (1999) analisa a irresponsabilidade organizada como forma de normalização do perigo. As instituições modernas que são forçadas a conhecer a realidade de perigos e catástrofes recusam-se a verificar com precisão a gravidade do risco e sua responsabilidade sobre eles.

Nesse contexto, Beck (2010) considera que há lutas simbólicas e políticas para definir a urgência dos riscos. Os perigos causados pela modernização não são evidentes e consensuais. Então as relações de definição se desenvolvem a partir da produção do conhecimento sobre os riscos. Em um contexto de poluição universal, em que todos contribuem, para que a poluição aconteça, é impossível atribuí-la exclusivamente a um indivíduo, e, de acordo com Beck, muitas vezes, essa poluição é causada por corporações e organizações e não por indivíduos.

O risco na sociedade serve para explicar os efeitos politizantes dos conflitos em volta do conceito de risco. Para Beck (1995a) os riscos de grandes conseqüências e incertezas trazem mudança cultural e política, enfraquecendo burocracias estatais e desafiando a ciência e os limites da política contemporânea. Assim, os riscos da modernização tem passado pelo processo de (re) conhecimento social, podendo alterar a ordem do mundo.

Beck (2010) assinala que para ocorrer a reflexividade social do risco é primordial que a irresponsabilidade organizada e os perigos ameacem os valores sociais desejados, no Estado de Bem-Estar Social, daqueles que ganham e perdem com os riscos produzidos. A força do movimento ambiental⁷, com o qual as novas ações de preservação ambiental se estruturam na sociedade, está interligada com as contradições institucionais geradas pela irresponsabilidade organizada, em que o potencial político da catástrofe, pode levar a uma reorganização da autoridade e do poder.

A possibilidade de uma auto (destruição) da Sociedade Industrial está inserida na modernização ocidental. A modernização reflexiva significa “a desincorporação e reincorporação de formas sociais industriais por outra modernidade, em que o progresso pode se transformar em autodestruição, em que um tipo de modernização destrói outro e o modifica” (BECK, 1997, p. 12).

A obsolescência da sociedade industrial, para Beck (1997), se reflete na emergência da Sociedade de Risco. Isto designa que o desenvolvimento da sociedade moderna é gerador de riscos sociais, políticos e individuais que podem fugir ao controle das instituições.

A caracterização da “modernização reflexiva” implica na autoconfrontação. Assim: “a transição do período industrial para o período de risco da modernidade ocorre de forma indesejada, despercebida, e compulsiva no despertar do dinamismo autônomo da modernização, seguindo efeitos de padrões colaterais latentes” (BECK, 1997, p. 16). A Sociedade de Risco surge nos processos de modernização autônoma. A transição da reflexividade da Sociedade Industrial para a Sociedade de Risco mostra-nos a autoconfrontação com efeitos da Sociedade de Risco que não podem ser assimilados pela Sociedade Industrial (BECK, 1995).

A estrutura da modernização reflexiva funciona como crítica a partir da contraposição a seus próprios propósitos. Nesse sentido, a modernização reflexiva é “uma teoria de poderes sempre crescentes dos atores sociais – ou atividade social- são estruturas de informação e comunicação” (BECK; GIDDENS; LASH, 1997, p. 136). Na teoria da modernidade há uma

⁷ O movimento ambientalista tem influenciado a política ambiental e nos esforços feitos para limitar as mudanças climáticas. Originou-se dos contra-sensos do industrialismo (GIDDENS, 2010).

forma de individualização. A modernização reflexiva tem por “objetivo a libertação progressista da ação em relação à estrutura” (BECK; GIDDENS; LASH, 1997, p. 137). O eu está cada vez mais livre dos laços comunitários e é capaz de construir suas próprias narrativas.

Beck (2010) explica que os riscos co-produzidos e co-definidos se dão no desenvolvimento científico e tecnológico. A distinção entre modernização da tradição e modernização da Sociedade Industrial relaciona-nos com a cientifização⁸ simples e reflexiva. Este processo é o “emprego da ciência sobre o mundo preexistente da natureza, do homem e da sociedade”. Enquanto na fase reflexiva as ciências são “confrontadas a seus próprios produtos, carências e tribulações, deparando-se, assim, com uma segunda gênese civilizatória” (BECK, 2010, p.235).

A reflexividade do desenvolvimento tecnocientífico pode nos impulsionar a perceber que “a ciência experimenta não apenas uma rápida diminuição de sua credibilidade pública, mas ao mesmo tempo, abrem-se novos âmbitos de eficácia e aplicação” (BECK, 2010, 243). Por conseguinte, os riscos da modernização são constituídos socialmente, de forma tensa entre a ciência e a opinião pública.

A evolução do movimento ambiental, de acordo com Beck (2010), deve-se a evidência social de ameaças à natureza através de processos de industrialização. Assim, o movimento de protesto público se constitui na cientificização do protesto contra as condições do processo industrial, ao invés de demandas pontuais como proteção de uma área florestal ou de certa espécie animal. Em resumo, “os fundamentos da argumentação científica são postos à prova com precisão contracientífica e muitas ciências, em seus âmbitos marginais, orientadas para a prática, são submetidas a um teste de politização de dimensões até então desconhecidas” (BECK, 2010, p.243). Um exemplo típico deste processo é o acidente nuclear de Chernobyl, na Ucrânia, no qual são incertas as conseqüências em longo prazo e seus possíveis efeitos nocivos à saúde das pessoas e ao meio ambiente. Além dessa catástrofe, recentemente, o desastre nuclear de Fukushima, no Japão em 2011, trouxe grandes riscos ao Planeta.

A pedagogia da racionalidade científica para Beck (2010) reflete algo transformável nos confrontos com as ameaças autoproduzidas. A ciência, de forma cognitiva, seria um projeto futuro, com capacidade crítica e aprendizado através da práxis, da pesquisa e do conhecimento.

Giddens (2010) relaciona a ciência com o mercado de trabalho. A criação de empregos “por meio da disseminação de tecnologias renováveis soa como uma esplêndida forma de

⁸ Mito da superioridade e o desnível de forças que marcaram a relação entre ciência, práxis e o espaço público (BECK, 2010, p.239).

convergência econômica” (GIDDENS, 2010, p.181). O autor (1991) apresenta a reflexividade em dois sentidos. Primeiro, a monitoração reflexiva da ação leva as práticas sociais a serem examinadas e reformadas sob informação renovada sobre essas mesmas práticas. Segundo, a reflexividade institucional (conhecimento sobre as bases de reprodução de sistemas sociais) diz respeito à relação do conhecimento no mundo social. A reflexividade institucional é disseminada nas organizações modernas.

Os sistemas em que a vigilância é desenvolvida remetem-nos a condições de reprodução social automobilizadas. A reflexividade institucional possui a “recursividade característica de toda a reprodução social” (GIDDENS, 1999, p. 140). Ele insere a reflexividade institucional em um contexto de expansão livre das limitações preexistentes da vida social humana. Por isso pode ocorrer “o desencaixe das relações sociais pelos sistemas abstratos e a conseqüente interpenetração do local e do global” (GIDDENS, 1999, p. 193) em termos de agenda política, implicam em políticas emancipatórias da vida.

Na autoaplicação social e política da modernização está contido o autocontrole, autodomesticação e autotransformação das formas de pensamento e trabalho científico-tecnológico (BECK, 2010). Desta forma, a constituição do Direito Ambiental, o fortalecimento do Estado de Bem-Estar Social e o movimento ambiental organizado pela sociedade civil estruturam mecanismos de reflexão, vigilância e fiscalização sobre a ciência.

4.2 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DIRETA, DEMOCRACIA ECOLÓGICA E POLÍTICA AMBIENTAL

Os riscos da modernização são o cerne da autopolitização da Sociedade de Risco. Beck (1999) insere a política do conhecimento como alternativa para mudanças na sociedade. O autor considera que a participação política direta não está representada por instituições tradicionais da vida política (parlamento, partido e Estado). O termo participação política direta indica uma nova cultura política que funciona fora das instituições. Beck (2010) define estes conceitos como operadores de direitos civis. Os centros de políticas são criados pelo estabelecimento de direitos básicos. O autor a conceitua da seguinte forma:

O conceito de participação política direta [...] fixa sua atenção sobre os sinais de auto-organização (definitivamente global) da política que tende a colocar todas as áreas da sociedade em movimento. A participação política direta é participação individual ad hoc em decisões políticas, desviando-se das instituições de formação de opinião representativas (partidos, políticos, parlamentos) e, freqüentemente, até mesmo, prescindindo da proteção da lei. Em outras palavras, a participação política direta

significa a modelação da sociedade a partir de baixo. Economia, ciência, existência cotidiana, vida privada, tudo acaba capturado pelo debate político (BECK, 1999, p. 39) [tradução do autor].

Estas estratégias, de acordo com Beck (2010), inserem-se no enfrentamento da irresponsabilidade organizada. O florescimento dessa ação necessita de um sistema legal, forte e independente, meios de comunicação livres e críticos e um processo de autocrítica baseadas nas diversas formas de conhecimento sobre riscos.

Beck (1995a) alerta para a desnormalização da aceitação do risco que se pauta pelo questionamento das definições de segurança das elites burocráticas. A luta por concepções mais amplas de segurança contribui para a participação política direta, na qual as imperfeições das concepções tecnocráticas de segurança e perigo abrem espaço para a ruptura do monopólio social dos grupos que definem os riscos. A democracia ecológica ou reflexiva, para Beck (2010) se assenta nesta forma de participação. Essa esfera de política ambiental representa a democratização participativa, exercida por meios alternativos às instituições políticas (parlamento, políticos). Sua função é romper com a regra da maioria e se constituir em uma constituição reflexiva de aprendizado. Por outro lado, Giddens (1991) se refere à política ecológica como forma de humanizar a tecnologia.

A questão da redefinição da pesquisa científica e da atividade política é analisada por Latour (2004). O autor considera que a questão democrática deve se estender ao próprio campo científico. No âmbito da ecologia política e científica existe a necessidade de compreensão de toda a natureza na sua interação e globalidade e, nesse contexto, é necessário fazer ciência na democracia. Latour (2004) assinala que a política ambiental precisa estar relacionada à natureza em suas relações com a sociedade. Da mesma forma, o movimento ambiental, o Estado e o Direito Ambiental podem ser o cerne da constituição da ecologia política.

4.3 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E ESTADO

A sustentabilidade é referenciada pela garantia de fornecimento de serviços ambientais básicos à vida humana. Jacobs (1991) define a concepção sustentável da seguinte forma:

Sustentabilidade significa que o meio ambiente deveria ser protegido de tal forma e em tal grau que as capacidades ambientais (a capacidade do meio ambiente de realizar as suas várias funções) fossem mantidas através do tempo: no mínimo, em níveis suficientes para evitar catástrofe futura, e, no máximo, em níveis que dêem as

gerações futuras a oportunidade de apreciar uma medida igual de consumo ambiental (JACOBS, 1991, p. 80).

Lenzi (2005) indica que a forma discursiva de democracia pode estar associada ao caráter público das questões socioambientais. A sustentabilidade consiste em um bem público vital aos seres humanos. Assim, ressalta-se a importância do meio ambiente para as necessidades básicas humanas.

A sustentabilidade está associada às questões de justiça social. As condições ecológicas são fundamentais para os seres humanos, então, deveríamos buscar traduzi-las em direitos ambientais (LENZI, 2005).

Os seres humanos poderiam ter o direito a um ambiente livre de ameaças com o desenvolvimento de uma segurança ecológica tão importante quanto à segurança social. Eckersley (1996) associa a sustentabilidade ao Relatório Brundtland no que tange a proteção à integridade física e a autonomia das pessoas.

Lima (2003) indica que o Estado é um dos agentes indispensáveis no processo de sustentabilidade e na constituição de Programas Ambientais. Um exemplo disso é o Programa Catavida, que se forma no espaço da política pública, através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo.

Insera-se nesse contexto de participação pública dos indivíduos, de colaboração pública e de cidadania como fatores essenciais à sustentabilidade socioambiental. No caso das capacitações municipais, reforça-se a importância das instâncias locais nas decisões sobre o gerenciamento dos resíduos sólidos⁹, priorizando-se sempre a ação junto aos catadores informais em cada cidade (ABREU, 2001, p. 41).

Carvalho (2004) indica que a sustentabilidade pode ser direcionada para a cidadania ativa considerando seu sentido de pertencimento e co-responsabilidade que, por meio da ação coletiva organizada, busca a compreensão e a superação das causas estruturais e conjunturais dos problemas ambientais. É fundamental a construção de uma cultura ecológica que compreenda natureza e sociedade como dimensões intrinsecamente relacionadas e que não podem mais ser pensada separadamente das decisões governamentais e das ações da sociedade civil.

Considerando a ética da sustentabilidade e os pressupostos da cidadania, a política pública pode ser entendida como um conjunto de procedimentos formais e informais que

⁹ Ver a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) que determina o fim dos lixões a céu aberto (até 3 de agosto de 2014 - conforme o artigo 54), presentes em quase todos os municípios brasileiros.

expressam a relação de poder. Destina-se à resolução de conflitos, assim como à construção e ao aprimoramento do bem comum (SORRENTINO et al., 2005).

Lenzi (2006) assinala que a sustentabilidade é, ao mesmo tempo, questão de justiça, democracia e direitos humanos. Cabe à política pública ambiental a possibilidade de estimular a mudança rumo a uma nova ordem social ambientalmente saudável.

5 IDENTIDADE SOCIAL NA MODERNIDADE

A sociedade, de acordo com Goffman (1988), estabelece as condições de categorizar as pessoas e seus atributos comuns e naturais definindo os membros de cada categoria. Os ambientes sociais estabelecem “as categorias de pessoas que tem probabilidade de serem neles encontrados” (GOFFMAN, 1988, p. 11). As rotinas da relação social em ambientes estabelecidos determinam o relacionamento entre as pessoas.

Goffmann (1988) retrata os atributos da identidade social, em termos de *status* social. A identidade social se divide em virtual e real. A identidade social virtual, de acordo com o autor (1988), corresponde a uma caracterização. Ela é o caráter imputado ao indivíduo por seu retrospecto em potencial, sua caracterização efetiva. A identidade social real corresponde à concretude. É a “categoria e atributos que ele (indivíduo), na realidade, prova possuir” (GOFFMAN, 1988, p. 12).

Para grande parte dos catadores de material reciclável é por meio da interação social que ocorre a condição de serem identificados como agentes socioambientais. Assim, sua identidade social está relacionada propriamente à sua realidade de trabalho e as suas ações sociais cotidianas.

Giddens (2002) considera que a pluralização de ambientes influencia a postura do indivíduo. Assim, ele salienta que este: “Não só deve estar preparado para interagir com os outros nos espaços públicos, onde a postura atende a certos critérios gerais de competência cotidiana, mas também deve ser capaz de ter comportamento apropriado em grande variedade de ambientes e lugares” (GIDDENS, 2002, p.96). O autor afirma que o comportamento dos indivíduos em diversos ambientes pode libertar os grupos não privilegiados de sua condição negativa ou eliminar as diferenças entre grupos na sociedade. A política emancipatória compreende “os esforços de romper as algemas do passado, permitindo, assim uma atitude transformadora em relação ao futuro; e o objetivo de superar a dominação ilegítima de alguns indivíduos e grupos por outros” (GIDDENS, 2002, p. 194).

O projeto reflexivo de identidade social estabelece uma relação com a proteção ambiental. A partir desse momento, a política emancipatória visa a uma atitude transformadora da crise ecológica.

5.1 IDENTIDADE PESSOAL, PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Goffmann (1988) analisa a identidade pessoal como marcas positivas. A história de vida do indivíduo é incorporada na constituição da identidade. Esta, que também pode estar em documentos de arquivos, é a entidade estruturante da história biográfica do sujeito. O reconhecimento cognitivo é o ato perceptivo de qualificar o indivíduo e sua identidade pessoal, que é construída a partir da cultura do indivíduo. Relacionando a dimensão individual com a coletiva, Martins salienta que “a identidade grupal é parte constituída da identidade individual” (MARTINS, 2005, p. 173).

De acordo com Giddens (2002), a vida cotidiana se realiza pela existência, como um modo de estar no mundo. O comportamento do ser humano reflete-se na natureza das atividades a que se dedica, formando sua consciência ontológica. A auto-identidade se torna reflexividade organizada quando: “o projeto reflexivo do eu, que consiste em manter narrativas biográficas coerentes [...] tem lugar no contexto de múltipla escolha filtrado por sistemas abstratos” (GIDDENS, 2002, p. 12).

O planejamento da vida reflexiva pressupõe certos riscos filtrados pelo conhecimento especializado. A auto-identidade é uma característica central dessa estruturação (GIDDENS, 2002). Na condição social moderna, o autor (2002) considera que o estilo de vida assume um significado particular. A tradição ao perder seu domínio, e o modo de viver sendo reconstituído, os indivíduos são forçados a escolher um estilo de vida entre diversas opções.

O fator principal da crise ambiental é a incerteza, e isto terá maior ou menor impacto de acordo com a forma como a sociedade, segundo Beck (1997, p. 17) "levanta a questão da autolimitação do desenvolvimento, assim como da tarefa de redeterminar os padrões (de responsabilidade, segurança, controle, limitação do dano e distribuição das conseqüências do dano) atingidos aquele momento, levando em conta as ameaças potenciais".

Em meio ao cenário social de insegurança, cabe à Educação Ambiental um papel primordial. O tema da sustentabilidade confronta-se com o paradigma da sociedade de risco.

Isto implica a necessidade de se multiplicarem as práticas sociais baseadas no fortalecimento do direito ao acesso à informação e à Educação Ambiental (JACOBI, 2005) ¹⁰.

Para Pedrozo e Nunes (2000) a sustentabilidade permite uma globalização mais equilibrada. As organizações incorporam as dimensões sociais, éticas, ambientais na busca de um futuro mais humano.

A análise da questão da sustentabilidade do planeta tem evidenciado a responsabilidade dos países desenvolvidos na deterioração do meio ambiente. Isto é decorrência de terem adotado um modelo de desenvolvimento altamente insustentável, como os EUA que com 258 milhões de habitantes, poluem muito mais que a China, com 1,2 bilhão de habitantes, provando que a poluição é consequência do modo de produção e vida da população. O desenvolvimento sustentável implica numa visão sistêmica dos fenômenos, em que a existência do ser humano possa a ser concebida como funcionamento e interligação de uma variedade de subsistemas, requerendo a participação de estudiosos de inúmeros campos científicos para estudar o meio físico e as várias espécies de existência humana (PEDROZO; NUNES, 2000).

De acordo com o relato de um catador de material reciclável, entrevistado durante o trabalho de campo desta pesquisa, notou-se a sua atitude de preocupação com o meio ambiente do planeta e o entendimento de que a reciclagem possibilita uma condição futura melhor. Todavia, outro entrevistado relatou que se sentia estigmatizado quando, antes do Programa Catavida, separava o material reciclado nas ruas ou no fundo de casa. Os dados da pesquisa indicam que o sentimento de ser rotulado parece diminuir, ocorrendo maior valorização do trabalho do catador e reconhecimento social.

Neste contexto, trata-se de promover o crescimento de uma sensibilidade maior das pessoas face aos problemas ambientais, como uma forma de fortalecer sua co-responsabilidade na fiscalização e no controle da degradação ambiental (JACOBI, 2003).

Na caracterização de identidade profissional, identifica-se a centralidade do trabalho na constituição das identidades individuais e grupais nas sociedades contemporâneas. O papel

¹⁰ Sobre Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável é interessante observar os resultados das pesquisas de Eugênio Ávila Pedrozo e Tânia Nunes da Silva (2000), que pesquisam sobre Desenvolvimento Sustentável e Abordagem Sistêmica, no qual os vários sistemas (econômico, social, ambiental, político e ético) estão interligados e proporcionam novas interpretações da realidade em nível organizacional e pessoal, seja no plano nacional quanto no internacional.

social de trabalhador (reciclador de material reciclável¹¹) pode se configurar em um entrelaçamento com o desenvolvimento da personalidade humana. Como aponta Jacques,

“(...) essa identidade, associada a outros atributos socialmente valorizados e julgados como constitutivos do ser humano pelo imaginário social, mostra-se, à consciência do sujeito, como um elemento definatório de grande significação na identidade psicológica” (JACQUES, 1997, p. 128).

A identidade profissional inicia-se desde a infância, pela identificação da criança com o modelo adulto ou mesmo através da entrada direta no mercado de trabalho, sendo que, para o adulto, estar inserido no mundo do trabalho representa um “atributo de valor em uma sociedade pautada pelo mérito produtivo” (JACQUES, 1997, p. 129). Dessa maneira, a identidade profissional pode ser compreendida como um processo dialético, onde a identidade pessoal interage com a identidade social e resulta na “(...) consciência de pertencer a determinado grupo social” (Ibid., p. 130), no caso, um grupo de trabalho, com suas normatizações e regulamentações próprias.

A construção da identidade profissional está relacionada às trajetórias individuais e coletivas dos catadores/recicladores. A partir daí, compreende-se que as relações sociais de trabalho geram empoderamento dos atores sociais. Para Deere e León (2002) o empoderamento corresponde à noção de processo de transformação, em que as pessoas obtêm poder sobre as próprias vidas e, dessa maneira, passam a definir suas próprias agendas com maior autonomia. Em geral, o termo é associado aos interesses daqueles que se encontram desprovidos de poder, pressupondo-se que ele representa a expressão de uma mudança desejada, no sentido de uma maior emancipação.

Para Martins (2005) o empoderamento está relacionado ao fortalecimento dos atores sociais. O desenvolvimento deve estar alicerçado na existência de oportunidades sociais, políticas e econômicas de expansão das capacidades humanas e das liberdades reais.

O empoderamento se dá em condições diferentes entre homens e mulheres. Prá (2001) analisa que a diferenciação entre gênero influencia na tomada de decisões de caráter político-formal no empoderamento das mulheres. Assim, é insuficiente para garantir processos efetivos de progressiva participação e autodeterminação feminina.

A Educação Ambiental (Campos, 2000) aponta para a necessidade de políticas públicas de educação. Desde a Revolução Industrial, a atividade interventora e transformadora do

¹¹ Sobre o cotidiano dos catadores de material reciclável é interessante a contribuição de Cristina Sosnisk (2006) que pesquisou o papel social deste tipo de trabalhadores, em seu estudo etnográfico sobre o cotidiano de recicladores, catadores e carroceiros na Ilha Grande dos Marinheiros.

homem em sua relação com a natureza vem se tornando cada vez mais predatória. A década de sessenta pode ser considerada como uma referência quanto à origem das preocupações com as perdas da qualidade ambiental e 1972, é um ano histórico para o movimento ambientalista mundial, quando as primeiras discussões sobre o tema culminaram na Conferência de Estocolmo¹². Outros marcos ambientalistas em nível mundial foram a Eco-92 ou Rio-92¹³ realizada no Rio de Janeiro e o Protocolo de Quioto em 1997¹⁴. Em condições de responsabilidade social das empresas foi criada a ISO 14064¹⁵.

O surgimento da questão da educação ambiental, para Piva (s/d) possibilita uma ação estratégica em busca da formação de indivíduos capazes não mais de dominar, mas de seguir/guiar a natureza. Para Morin (1997), este novo casamento entre a natureza e a humanidade necessitará de uma superação da técnica atual que por sua vez necessita de uma superação do modo de pensar atual, inclusive científico.

As políticas públicas e o processo de Educação Ambiental possibilitam um espaço em que a consciência sobre o meio ambiente se realiza na interação social dos catadores. Dessa forma, se constitui as identidades profissional e pessoal em que os papéis de agentes socioambientais estão presentes no cotidiano dos catadores de material recicláveis na sociedade.

¹² Em 1972, foi realizada a Conferência de Estocolmo com o objetivo de conscientizar a sociedade a melhorar a relação com o meio ambiente e assim atender as necessidades da população presente sem comprometer as gerações futuras. A conferência das Nações Unidas que aconteceu na capital da Suécia, Estocolmo, foi uma ação mundial de tentar preservar o meio ambiente.

¹³ Em 1992 aconteceu a Eco-92 ou Rio-92 que tinha como objetivo um acordo entre os países signatários sobre a diminuição do impacto das mudanças climáticas no planeta.

¹⁴ Em 1997 o Protocolo de Quioto determinou que os países desenvolvidos reduzissem as emissões de gases de efeito estufa até o ano de 2012.

¹⁵ Norma criada em 1996 pela International Organization for Standardization (ISO) que regula e padroniza a contabilização de gases de efeito estufa e o estabelecimento de procedimentos para a remoção ou redução de gases. Ela pertence à família de normas sobre gestão ambiental ISO 14000 e fornece a governos e empresas uma metodologia de identificação de emissões de gases poluentes.

6 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE COLETA SELETIVA E RECICLAGEM

Em âmbito mundial, a proteção sobre o meio ambiente foi regulamentada por Tratados Internacionais. O instrumento de prevenção à degradação ambiental tem sido a aprovação de convenções internacionais. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, na Suécia, em 1972, foi o primeiro grande evento da organização a discutir as questões sobre o meio ambiente. O debate ambiental foi impulsionado com a Rio-92 ou Eco-92, na qual foi aprovada a Convenção sobre mudanças climáticas. O Protocolo de Quioto definiu metas para redução de gases que causam o aquecimento da Terra. A Rio+10, Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2002, na África do Sul, definiu a redução da pobreza mundial até 2015, e estabeleceu metas para a questão da água, saneamento, energia, saúde, agricultura, biodiversidade, realizando avaliações do que fora decidido na Rio-92.

No Brasil, segundo a pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB) do IBGE, em 2008, dos 5564 municípios da Federação, 994 realizam o serviço de coleta seletiva, representando 17,86%. A região sul é a primeira colocada com 38,22%. Todavia, na região nordeste apenas 4,46% dos municípios possui coleta seletiva. O número de programas de coleta seletiva aumentou de 58 para 994 em 20 anos. A PNSB em 2008 verificou que os programas de coleta seletiva de resíduos sólidos aumentaram de 58 identificados em 1989 para 451 em 2000, alcançando o patamar de 994 em 2008. O avanço se deu, sobretudo, nas regiões Sul e Sudeste, onde grande parte dos municípios informou ter programas de coleta seletiva que cobriam todo o município. Os municípios com serviço de coleta seletiva separavam, prioritariamente, papel e/ou papelão, plástico, vidro e metal (materiais ferrosos e não ferrosos), sendo que os principais compradores desses materiais eram os comerciantes de recicláveis (53,9%), as indústrias recicladoras (19,4%), entidades beneficentes (12,1%) e outras entidades (18,3%).

Tabela 1: Total de Municípios por Região com Coleta Seletiva

Região	Total de Municípios	Com Serviços de Coleta Seletiva	Percentual (%)
Sul	1188	454	38,22
Sudeste	1668	408	24,46
Centro-Oeste	466	31	6,65
Norte	499	21	4,68
Nordeste	1793	80	4,46
Brasil	5564	994	17,86

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, 2008.

A região sul, em 2008, segundo a PNSB-IBGE, possui 1188 municípios dos quais 454 executam o serviço de coleta seletiva, correspondendo a 38,22% o estado do Paraná lidera com 47,62% esse serviço, seguido por Rio Grande do Sul 33,47% e Santa Catarina com 33,45%.

O Rio Grande do Sul está respaldado pela legislação ambiental que estipula a responsabilidade de toda a sociedade, em especial dos órgãos públicos, sobre a separação dos resíduos sólidos na sua origem. O objetivo é “visar ao seu aproveitamento otimizado” por meio de programas de educação ambiental, projetos de coleta seletiva, projeto de triagem dos recicláveis e reaproveitamento do material orgânico através da compostagem (CAPPELLI, 2002)¹⁶.

O número de trabalhadores empregados no setor de plástico reciclado está em processo de expansão e de evolução econômica. A Revista Fator informa os números e o perfil da mão-de-obra do setor:

Uma das características do setor de transformação de material plástico é o fato de utilizar mão de obra intensiva. As estimativas para 2008 indicam que o setor empregava 314.794 empregados diretos (RAIS/CAGED), representando um crescimento de 1,18% comparativamente a 2007 quando haviam 311.118 empregados no setor. De 2007 para 2008 foram criados 3.676 novos empregos diretos, mesmo considerando os impactos da crise econômica, que puderam ser observados a partir de outubro de 2008, com a redução de postos de trabalho. Do total de empregados no setor plástico, 81% estão diretamente alocados na área de produção, 15% atuam nas áreas administrativas e de marketing e os outros 4% dizem respeito aos proprietários e sócios. (IBGE: PIA) Quanto ao nível de escolaridade da mão de obra empregada no setor plástico, verifica-se que 48,8% dos empregados não têm o ensino médio completo, 43,7% possuem o ensino médio, 3,1% estão cursando o ensino superior e 4,3% tem o nível superior completo (RAIS, 2007).¹⁷

Após traçar um perfil do setor industrial de reciclagem, será analisada, a seguir, a situação dos trabalhadores inseridos no setor, tomando como base o estudo do Programa Catavida.

¹⁶ Ver Lei Estadual nº 9493, de 07-01-1992, que determina a condição da coleta seletiva e da reciclagem de lixo “como atividades ecológicas de relevância social e interesse público” (CAPPELLI, 2002, p.120), bem como a Lei nº 9921, de 27-07-1993, que “dispõe sobre a gestão de resíduos sólidos.

¹⁷ Documento obtido na internet. Disponível em:

http://www.revistafator.com.br/ver_noticia.php?not=80273. Acesso em: 25. jun. 2011.

6.1 CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA CATAVIDA

Em âmbito de Brasil, o enfrentamento das condições de trabalho e profissional dos catadores de material reciclável emergiu por um lado pela ação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis-MNCR e por outro, pela regulação por parte do Estado, com legislações que regulamentaram os resíduos sólidos e a situação da mão-de-obra envolvida nessa atividade.

Episódios históricos podem ser contextualizados como o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, realizado em Belo Horizonte, MG, em 1999. Outro fato relevante foi a Carta de Brasília na qual ocorreu o 1º Congresso Nacional do MNCR, em 2001.

Em nível nacional, diversas ações têm propiciado uma melhoria crescente do trabalho dos catadores e da indústria de reciclagem. Inicialmente o Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1989 (nº 203, de 1991, na Câmara dos Deputados) institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Uma das legislações que abarcaram os catadores foi o Decreto 7405/2003 que determinou o Programa Pró-Catador, inserido pelo Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis. Também se pode mencionar o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo, criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre sua organização e funcionamento. O Decreto Federal 5.940 de 25, de outubro de 2006, e o Decreto Estadual 40.645, de 08 de março de 2007, instituíram a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis. Por outro lado, a Lei Federal Nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, o que gera impactos positivos para o meio ambiente no país.

O Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério das Cidades (MCidades). O Comitê é formado por órgãos do governo federal, em parceria com o programa Fome Zero e ainda conta com a participação de outros ministérios e órgãos estatais¹⁸, diversas ONGs - Organizações Não- Governamentais e entidades do setor de reciclagem.

¹⁸ Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT); Ministério da Educação (MEC); Ministério da Saúde (MS), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC); Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH); Casa Civil da Presidência da República; Caixa Econômica Federal; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Fundação Banco do Brasil; Petrobras. Também participam do Comitê outros

No ano de 2009, a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, no Rio Grando do Sul, iniciou o planejamento do Programa de Gestão Social de Resíduos Sólidos, cujo lançamento oficial ocorreu em novembro de 2010. Atualmente com o nome de Catavida o programa está revitalizando a Central de Reciclagem do bairro Roselândia. O apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social está sendo fundamental para o crescimento e consolidação deste projeto, levando em consideração que por ela iniciou-se o Programa na região.

Este programa tem por objetivo desenvolver ações integradas, com base nas dimensões que abrangem a sustentabilidade social, econômica e ambiental. Desta forma é realizado o enfrentamento da questão social do lixo, desde a geração de resíduos até o destino final, potencializando e empoderando o trabalho dos catadores de materiais recicláveis. O Programa Catavida é desenvolvido por intermédio de aulas semanais, palestras e treinamento profissional da atividade dos catadores de material reciclável (separação adequada de material reciclado, organização do trabalho, coleta seletiva e autogestão) e consciência ambiental.

O Programa Catavida é o fomentador da profissão dos catadores de material reciclável, na cidade de Novo Hamburgo. Um dos pilares do Programa é a inclusão produtiva dos catadores, com ações direcionadas à sua qualificação profissional. Esta estratégia possibilita melhorias nas condições de trabalho e renda destes profissionais, aliada à implantação da Coleta Seletiva Solidária¹⁹ e de entrepostos para armazenamento e comercialização dos materiais.

Os catadores realçaram a inclusão produtiva deles através do empoderamento e qualificação profissional no Programa Catavida. Michelotti (2006) assinala que constitui uma boa alternativa de renda para os catadores o trabalho de reciclagem. A geração de melhores condições de trabalho e renda por meio da Coleta Seletiva Solidária e dos entrepostos para armazenamento e comercialização dos materiais são fundamentais para os catadores. Estes externaram que a valorização deles como profissional é muito importante. O sentir-se como agentes socioambientais do processo de destinação dos resíduos, foi enaltecido nas narrativas. Ademais, a condição de ser segurado da Previdência Social lhes dá mais garantias quanto aos riscos de acidentes que possam sofrer na atividade de reciclagem²⁰.

convidados conforme a pauta das reuniões: Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, CEMPRE–Compromisso Empresarial para a Reciclagem, entre outros.

¹⁹ Sobre a questão da Coleta Seletiva é relevante a pesquisa de Elisabeth Grimberg (2007) que considerou este tipo de atividade como um instrumento de inclusão social na cidade de São Paulo e também a investigação de Érika Hisatugo e Oswaldo Júnior (2007) que realizaram um estudo de caso em Uberlândia sobre coleta seletiva e reciclagem como instrumentos para conservação ambiental.

²⁰ A situação de seguridade da Previdência Social se dá, para a maioria dos catadores, pelo pagamento autônomo de contribuição. Pequena parte possui carteira assinada, pois trabalham em cooperativas e associações. Anteriormente, grande parte dos catadores recebia um salário muito menor e em condições precárias de trabalho

Vários grupos de catadores se preparam para a capacitação profissional participando de cursos para os trabalhos coletivos, solidários e autogestionário. Assim, é promovida a organização social emancipatória, na qual a informação e sensibilização da sociedade sobre o destino correto dos resíduos, valoriza o trabalho da categoria dos catadores. A reciclagem é um meio de gerar trabalho e renda digna para os catadores²¹.

O Programa Catavida incentiva a Economia Solidária entre os seus membros. Martins (2005) considera este tipo de estratégia como proposta alternativa para o desemprego, a partir da formação de uma rede de iniciativas diferenciadas, tendo em comum, porém, a prioridade concedida a trabalhadores que se encontram excluídos do mercado formal de trabalho. Com nomes diversos, como economia solidária, economia popular, economia cidadã, economia comunitária, “outra” economia ou socioeconomia solidária, essas experiências estão, em grande parte, vinculadas a políticas públicas, muitas vezes a projetos de desenvolvimento local, que se contrapõem à exclusão e ao desemprego ocasionado pelos planos macroeconômicos de cunho neoliberal.

O trabalho de coletar resíduos recicláveis vem sendo desenvolvido por setores excluídos da população, que freqüentemente vivem em situação precária. Os representantes de poderes públicos têm tomado a iniciativa de intervir ou de dialogar com os catadores de material reciclável por intermédio do Programa Catavida. Assim, são implantadas ações direcionadas à implantação de sistemas de gestão, onde se fazem acordos com os catadores e se fomenta sua organização, para que estes passem a trabalhar em forma de associação ou de cooperativa. O objetivo principal é que eles deixem de separar os resíduos nas próprias ruas ou em áreas residenciais e trabalhem em locais apropriados a essa atividade. Portanto, a Economia Solidária possibilita a organização dos catadores nas atividades de triagem/reciclagem dentro de galpões construídos para esse fim, conforme princípios associativos ou cooperativos.

Desta forma, se observa uma melhoria nas suas condições de trabalho, possibilitando a redução da estigmatização dessas pessoas na nossa sociedade. Os catadores cada vez mais são vistos como agentes ambientais e os dados da pesquisa indicam que eles se sentem reconhecidos e valorizados pelo trabalho que prestam na diminuição do impacto ambiental causado pelo descarte inadequado dos resíduos, que passam a ter um destino correto.

informal não conseguiram contribuir para o instituto de previdência, impossibilitando atingir o tempo de contribuição necessário para a aposentadoria.

²¹ A respeito do trabalho dos catadores de material reciclável é interessante observar os resultados das pesquisas de Fernando Michelotti (2006) com dissertação de mestrado sobre a dimensão do reconhecimento social a partir de sua experiência de organização coletiva no Rio Grande do Sul. Também Alexandro Cardoso (2009) pesquisou a questão da crise ecológica e a importância do trabalho dos catadores e Mari Bortoli (2009) estudou a construção de novos sujeitos políticos, focalizando a situação dos catadores de materiais recicláveis.

Grande parte da população percebe as representações identitárias desses profissionais, atualmente, com reconhecimento de serem agentes ambientais. Outrora, eles eram estigmatizados e comparados à situação de mendicância. Os catadores se identificam como profissionais, que contribuem para a previdência social, cidadãos que possuem direitos e deveres e que são capazes de melhorar a sociedade e o Planeta através do seu trabalho, que também é gerador de renda para suas famílias.

Sobre catadores de material reciclável é importante analisar os resultados de pesquisas realizados por Clítia Backs Martins (2005) que levantou dados sobre o trabalho dos catadores/recicladores de lixo, tendo como fio condutor às dinâmicas econômicas, socioambientais e políticas na perspectiva da problemática do gênero e empoderamento. A autora analisa comparativamente as características de três associações de reciclagem na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), verificando a existência de resultados diferenciados no que diz respeito a processos internos de organização do trabalho e participação dos trabalhadores nas decisões, bem como em relação às percepções, motivações e expectativas dos catadores/recicladores quanto à sua ocupação²².

Adjunto ao Programa Catavida, em Novo Hamburgo, existe o Programa Instituição Amiga do Catador, que visa referenciar os catadores junto às comunidades escolares, contribuindo para o processo de Educação Ambiental. Há a sensibilização das equipes para a correta separação dos resíduos gerados pelas escolas e pela comunidade, destinando os mesmos para o trabalho de reciclagem realizado pelos catadores.

Michelotti (2006, p. 141) ressalta que “a coleta feita pelos catadores de rua não pode ser desconsiderada do ponto de vista econômico”. A Coleta Seletiva Solidária é a coleta porta a porta, ou em pontos específicos, realizados pelos catadores capacitados e organizados em associações e cooperativas. Esse trabalho, além de gerar renda para os catadores, garante materiais recicláveis em melhores condições de aproveitamento do que a coleta convencional em caminhões.

A implantação do processo de Coleta Seletiva Solidária²³ prioriza o reconhecimento e valorização dos catadores. Estes, durante as entrevistas, externaram que se sentem como

²² Ângela Ungareti (2010) também pesquisou, na perspectiva socioambiental, a questão dos resíduos sólidos em arroios urbanos, especificamente na sub-bacia hidrográfica Mãe D'Água, em Viamão-RS, focalizando o impacto da vida degradada na comunidade e a situação dos catadores que trabalham na coleta seletiva na região.

²³ Coleta Seletiva Solidária é, de acordo com Martins (2005), realizada por meio do tipo porta a porta, isto é, o recolhimento de materiais recicláveis pelos catadores de rua é feito diretamente nos domicílios. Essa coleta requer maior envolvimento da população com o processo de separação do reciclável, uma vez que a entrega é voluntária por parte da população.

agentes socioambientais desse processo e que, com o apoio da comunidade, estão dando o destino adequado aos resíduos produzidos.

A Coleta Seletiva Solidária é realizada com a sociedade e entidades empresariais e representativas, visando otimizar os materiais recicláveis minimizando o desperdício e valorizando o trabalho dos catadores. A sensibilização das pessoas por meio da Educação Ambiental deste processo tem o objetivo de desenvolver a consciência socioambiental relacionada com a diminuição dos resíduos gerados e estímulo ao trabalho dos catadores.

Martins (2005) salienta que o estabelecimento de projetos de forte impacto ambiental em áreas urbanas geralmente atinge em maior proporção a camada mais pobre da população. Salienta, ademais, que a distribuição desigual da deterioração ambiental nas metrópoles se traduz no rebaixamento dos padrões de qualidade de vida, principalmente para as populações excluídas do mercado formal de trabalho e de condições dignas de habitação.

Sobre a importância do programa Catavida para a sociedade e para a situação dos catadores de resíduos (foi conceituado como muito bom por todos os entrevistados desta pesquisa) são significativas as palavras de uma das catadoras de material reciclável, indicativas de melhorias na qualificação profissional e na consciência sócio-ambiental: “Aprende-se a coletar, reciclar e se organizar na rotina diária de trabalho, além de cuidar do meio ambiente”.

6.2 PERFIL E RELAÇÕES DE TRABALHO DOS CATADORES/RECICLADORES DE RESÍDUOS

O Programa Catavida, em Novo Hamburgo, foi escolhido em virtude de aí ocorrer o maior número de inscritos para participar das atividades. Ele é composto por 22 membros que todas as terças-feiras, à tarde, se reúnem no Programa do bairro Kephas, tendo diversas atividades, principalmente de capacitação para a reciclagem. Nesta pesquisa foram realizadas dez entrevistas, coletando dados sobre o perfil, realidade do trabalho e representações dos catadores.

Cerca de 80% dos entrevistados moram no mesmo bairro em que trabalham. Aproximadamente 90% possuem casa própria de madeira e 80% vieram de cidades do interior gaúcho para Novo Hamburgo.

A maior parte dos membros é do sexo feminino (70%). Martins (2005) avalia que na atividade de reciclagem as mulheres se destacam em termos numéricos na composição de uma parte substancial dos grupos, chegando à participação em cargos de liderança; apesar disso,

subsistem diferenciais a favor dos homens em termos de rendimentos. A presença majoritária de mulheres na separação e na reciclagem do lixo está relacionada ao aspecto de maior taxa de desemprego ou de ocupação precarizada entre a População Economicamente Ativa do sexo feminino, nas regiões metropolitanas brasileiras.

Os catadores/recicladores de resíduos participantes do programa, em grande parte, está inserida na faixa entre 40 e 60 anos (40%). Uma catadora de material reciclável de 48 anos disse que às vezes sente que a idade não lhe traz condições de coletar tanto material como antigamente. Todavia, essa atividade lhe ajuda a sobreviver comprando alimentação, roupas, remédios e pagando as contas de água e luz. Ela relatou que termina, quase sempre ganhando um salário menor do que o seu marido.

O fator idade para muitos catadores representa a exclusão do mercado de trabalho por um longo período. Muitos externaram a possibilidade de conseguir trabalho com a reciclagem, por não exigir escolaridade mínima e nem discriminar por idade, após muito tempo vivendo precariamente.

O nível de escolaridade dos membros do Programa Catavida é em cerca de 80% de até a 5ª série do Ensino Fundamental. Nenhum membro está situado no ensino médio. A maioria dos catadores lamenta não ter avançado nos estudos, e afirma que pretendem continuar fazendo capacitações profissionais e ingressar no EJA²⁴, pois consideram que estudando podem conseguir melhorar a sua qualidade de vida.

O enfrentamento da questão social do lixo, desde a geração de resíduos até o destino final, foi analisado, tomando como base os dados coletados no decorrer do trabalho de campo. A renda média dos catadores de material reciclável é de um salário mínimo. Notou-se que o trabalho dos catadores de materiais recicláveis potencializou-se. De acordo com o relato de muitos catadores, e externado pelo depoimento de uma catadora de material reciclável, a geração de renda, o cuidado com o meio ambiente “tirando o lixo das ruas” e o fato de ter uma profissão são muito importantes. Outro membro do Programa Catavida se referiu à condição de vida precária em que vivia sem a inserção na reciclagem: “vivia fazendo bicos, cortando grama, mas não tinha nada certo. Hoje, com a reciclagem tenho tirado um salário maior”.

²⁴ O EJA, é um programa de Educação de Jovens e Adultos vinculado ao Ministério da Educação (MEC) que atende prioritariamente pessoas dessas faixas etárias que não foram alfabetizadas ou concluíram os estudos na idade correspondente à infância e adolescência.

Dentro do item geração de trabalho e renda, o Programa Catavida está sendo fundamental por possibilitar a oferta de formas de ocupação para a população dessa região, que, tradicionalmente, já sobrevive da catação irregular e venda de materiais recicláveis.

Na pesquisa de campo, verificou-se que todos os membros do Programa Catavida não possuíam Carteira de Trabalho assinada como Catador de Materiais Recicláveis. De acordo com o depoimento de uma catadora: “tenho pouco estudo, faz tempo que cato material, e não tenho a carteira assinada”.

Foi mencionado que as formas de organização do trabalho de reciclagem entre os membros do Programa Catavida obedecem às políticas vinculadas aos processos de gestão de resíduos sólidos em Novo Hamburgo. Assim, alguns catadores de material reciclável são incorporados como os principais agentes da coleta de recicláveis. De acordo com a narrativa de um catador: “sei da importância do meu trabalho, acordo cedo, pego o meu carrinho, e nele coloco os materiais reciclados. No fim do dia, consigo vender os materiais no galpão de reciclagem”.

Os catadores de resíduos, devidamente uniformizados e com equipamentos de segurança e dias pré-definidos de trabalho junto à comunidade, realizam a Coleta Seletiva Solidária. O trabalho é realizado por meio de carrinhos com os quais são carregados materiais recicláveis até o galpão de triagem/reciclagem. Os galpões são construídos com espaços demarcados para cada catador, no qual, individualmente, depositam os resíduos coletados e os separam. De acordo com o depoimento de uma catadora: “Passo o dia todo recolhendo papelão, garrafa PET e recicláveis. Antes, eu separava o lixo num terreno baldio. O povo reclamava, porque o pátio ficava sujo, criava ratos. O que sobrava de alimentos eu levava para casa e alimentava os porcos. Hoje, levo os materiais recicláveis para separar no galpão, pelo menos, não cria doenças e nem ratos”.

Uma questão problemática verificada durante a pesquisa de campo foi à divergência existente entre os membros do Programa Catavida em relação ao tema relações de trabalho. A maioria dos catadores acredita na possibilidade do Programa Catavida futuramente possibilitar a formação de uma cooperativa e com isso garantir maior renda e certeza de contribuição para a previdência social. Uma catadora narra: “no Catavida estamos aprendendo a nos organizar para que um dia estejamos unidos em uma cooperativa, sem ser explorados pelos sucateiros”. Todavia, uma minoria é divergente em relação a esta questão ou tem dúvidas sobre a validade do trabalho cooperativo. Conforme o depoimento de outro catador: “tenho dúvidas quanto a esse negócio de cooperativa, hoje cato o meu material e no fim do dia tenho o meu dinheiro. Acho ruim ter que esperar para receber pelo meu trabalho, o melhor

é receber no fim do dia. Está certo que tem meses que não sobra dinheiro para eu pagar o carnê do INSS, e com a cooperativa isso seria mais certo”.

Na tentativa de constituir cooperativas e associações de catadores em Novo Hamburgo está havendo estímulo, por meio do Programa Catavida, do trabalho organizado de maneira coletiva, com divisão de tarefas. Segundo o relato de um catador:

O Programa Catavida está sendo importante. Estamos aprendendo a trabalhar em grupo. Antes, eu ainda preferia trabalhar sozinho na reciclagem. Agora, estou trabalhando em equipe, com repartição de tarefas no grupo, podendo haver rodízio ou escala destas entre os catadores/recicladores. O programa está ajudando nesse início de cooperativa.

Além da melhoria das condições de trabalho e relações cooperativas entre os membros do Programa Catavida de Novo Hamburgo, observaram-se avanços no aspecto da consciência ambiental entre os membros participantes do programa, indicando sua relevância e oportunidade como estratégia pública de inclusão social.

6.3 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE CONSCIÊNCIA SOCIOAMBIENTAL E IDENTIDADES

Um dos objetivos principais desta pesquisa foi analisar como os riscos ambientais, provindos da poluição de materiais recicláveis, podem trazer uma reflexividade aos atores sociais do Programa Catavida de Novo Hamburgo. Tal avaliação foi realizada por meio da identificação da reflexividade social decorrente da percepção dos riscos ambientais pelos membros participantes dessa política pública.

Nesse sentido, o depoimento de uma catadora de material reciclável, que representa a opinião da maioria dos catadores entrevistados, é significativo: “a separação do lixo, melhora o mundo e colabora com o meio ambiente, diminuindo a poluição; cada um fazendo a sua parte”. Isso indica uma condição reflexiva e uma atitude de preservação da natureza, diminuindo, assim, os riscos ambientais na nossa sociedade.

A estruturação do Poder Público na constituição dos processos de reciclagem e a organização dos catadores em associações e cooperativas é primordial para o trabalho e geração de renda. Martins (2005) verifica que é necessário para o processo de criação e organização das associações e cooperativas de catadores/recicladores a ação direta do poder público local. Seu apoio é fundamental para a continuidade da existência das associações e cooperativas, não só em função do fornecimento privilegiado dos resíduos da coleta seletiva,

como também por outras práticas e políticas dentro de um plano sistêmico de gerenciamento municipal de resíduos.

Os catadores indicaram a Coleta Seletiva Solidária como condição de reconhecimento social e empoderamento por parte da sociedade, entidades empresariais e representativas, que estão em sintonia com eles. Citaram a consciência socioambiental como forma de organização dos resíduos gerados e estímulo ao trabalho dos catadores.

A pesquisa demonstrou que:

- a) A reflexividade dos catadores de material reciclável sobre o risco ambiental é demonstrada pelas narrativas que indicaram uma atitude de preocupação com o meio ambiente. O relato da catadora A é significativo: “meu trabalho é bom para evitar que o lixo suje as ruas, os arroios”.
- b) A geração de renda por meio do trabalho de reciclagem está sendo reconstituído pela responsabilidade socioambiental. Em uma das entrevistas realizadas, o catador B demonstra uma preocupação pessoal e coletiva: “preciso do trabalho da reciclagem para pagar minhas contas, isso ajuda a cuidar do planeta”.
- c) A importância das políticas públicas de Estado é fundamental para a inclusão social e empoderamento de atores sociais em situação de vulnerabilidade. Assim, como disse a catadora C: “o Programa Catavida é muito bom, porque ajuda no meu trabalho, antes eu catava lixo e ganhava pouco, agora ganho mais”.
- d) No Programa Catavida verificou-se que os seus membros recebiam orientação sobre planejamento, organização do processo de separação do lixo e de autogestão²⁵ no trabalho. Com vistas à comercialização, a qualidade do material separado, sem misturas trouxe um novo agir para os catadores. O conhecimento de todo o processo de reciclagem permite a cada membro assumir, com responsabilidade, o seu cotidiano

²⁵ No que se refere à autogestão na profissão de catador é interessante pesquisar os princípios e atividades do MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - que é o organismo administrado pelos seus participantes em democracia direta, no qual todos os membros participam das decisões administrativas, em igualdade de condições. O movimento existe aproximadamente há dez anos e entre seus princípios está definido o seguinte: “Lutamos pela autogestão de nosso trabalho e o controle da cadeia produtiva de reciclagem, garantindo que o serviço que nós realizamos não seja utilizado em benefício de alguns poucos (os exploradores), mas que sirva a todos. Nesse sentido organizamos bases orgânicas do Movimento em cooperativas, associações, entrepostos e grupos, nas quais ninguém pode ser beneficiado às custas do trabalho do outro”. O site do movimento fornece informações importantes para os trabalhadores do setor: leis e decretos, contratos de prestação de serviços, classificação brasileira de ocupações, direitos humanos, modelos de estatutos, projetos de leis em tramitação e material sobre cooperativismo e associativismo. Disponível em: http://www.mnccr.org.br/box_1/o-que-e-o-movimento. Acesso em: 15 jun.2011.

de trabalho. A catadora D expressou assim a melhoria das suas condições de trabalho: “desde o início me achava prejudicada, trabalhava muito e ganhava pouco. Agora, me sinto mais valorizada, trabalho e ganho mais, meu trabalho rende”.

- e) A Coleta Seletiva Solidária foi observada como espaço de interação social, conscientização e democracia ecológica entre catadores e cidadãos. A participação da sociedade, entidades empresariais visam minimizar o desperdício de materiais recicláveis e a valorização do trabalho dos catadores. A relevância dos Ecopontos, locais de descarte de material reciclável²⁶ pela população, se reflete no depoimento do catador E: “conversamos com as pessoas da importância de separar o lixo, aos pouquinhos, elas vão separando o lixo e nos ajudando também”. A catadora H expôs: acertar com as pessoas, o lugar correto para descartar os materiais recicláveis nos ajuda e colabora, também, com a limpeza da cidade e com o meio ambiente”.
- f) O Programa Catavida como forma de reflexividade social possibilitou a cooperação entre o grupo de pessoas que atuam juntas na aprendizagem coletiva do trabalho e na profissionalização do catador. Trabalho e consciência estão inseridos no contexto de globalidade, na qual pessoas fazem parte do ecossistema e são tratadas conjuntamente na relação sujeito e meio ambiente. A catadora F expôs: “antes, eu catava sozinha... agora vejo que, juntas a outros catadores, conseguimos fazer mais, ganhamos mais e nossa força é maior, cuidamos da natureza”. A catadora J relatou que “é muito melhor trabalhar em equipe, todos saem ganhando e o trabalho rende muito mais”.
- g) A construção da identidade pessoal e social é interposta à sua atividade profissional. Os catadores exprimiram que se sentem valorizados pela sociedade e estão orgulhosos do trabalho que realizaram, se comprometendo profundamente com o trabalho, ainda no início da Coleta Seletiva Solidária. O estigma apresentado no início da atividade de catador foi substituído pelo crescente reconhecimento por parte da sociedade da importância socioambiental desse trabalho. A catadora G declarou: “quando comecei a trabalhar com lixo, as pessoas me olhavam da cabeça aos pés, me evitavam. Hoje, quando saio às ruas para separar o lixo, as pessoas me olham diferente, deixam seus lixos separados e eu até fiz amizade”. O catador I externou que “agora me sinto valorizado e as pessoas vêem a importância do meu trabalho”

²⁶ Sobre reciclagem de resíduos sólidos e redução da pobreza a pesquisa de Dutra (2009) demonstra de que forma a reciclagem combate à pobreza por meio da inclusão social dos catadores.

A análise dos dados possibilitou analisar a realidade e a percepção dos membros do Programa Catavida. A reorganização da profissão de catador proporcionou a diminuição dos riscos causados pelo impacto dos resíduos sólidos na natureza. Observou-se a reflexividade social mediada pela consciência ambiental e a geração de renda e trabalho. Desta forma, a condição humana de ser catador parece estar deixando de ser uma estafante obrigação e forma de sobrevivência precária para transformar-se numa atividade digna.

A subpolítica, de acordo com Beck (1997), resulta da disseminação de um engajamento político e de um ativismo derivado da política que migrou do parlamento para grupos de pressão unidirecionados na sociedade (ecologismo, movimento de catadores etc.). A partir da pesquisa, constatou-se que o ativismo exposto pelos entrevistados era evidenciado na questão ambiental e no desenvolvimento do cooperativismo. Antes os catadores externaram que eram explorados pelos sucateiros, uma vez que este retribuía com valores baixos o material reciclável. Agora, os catadores se nomeiam como independentes e livres, pois juntos eles se tornam mais fortes.

Beck salienta, em *Sociedade de Risco* (2010), que as questões de risco são questões de ordem, e, portanto, passíveis de uma solução positiva pela autocrítica, ao reconhecer as próprias incertezas geradas e a imprevisibilidade. A emancipação cooperativista dos catadores foi desenvolvida pela necessidade de sentirem-se dignos e valorizados como trabalhadores, ao mesmo tempo em que são considerados agentes socioambientais que cuidam do planeta. A modernização reflexiva está na necessidade de se produzir interpretações que acompanhem as discontinuidades da modernidade. As fontes culturais/hermenêuticas do ser moderno, ou, ainda, a vida cotidiana das pessoas comuns, igualmente são relevantes no processo de transformação, como alerta Scott Lash (1997).

Por meio dos relatos, coletados durante as entrevistas, foi observado que a realidade cotidiana dos catadores pode ser caracterizada como uma forma socioeconômico-cultural precária. No entanto, muitos disseram que o Programa Catavida está sendo fundamental em suas vidas, porque contribui para que eles se percebam como pessoas capazes de interagir com outros indivíduos no processo de reciclagem, por meio da Coleta Seletiva Solidária.

A modernização reflexiva, período da alta modernidade, é determinada por grandes mudanças sociais. São as conseqüências da modernidade (GIDDENS, 1991), que irão desnudar o nível de insegurança, de perigo, enfim, da sociedade de risco (BECK, 1997). Nesse contexto diversos fenômenos, como o impacto da globalização, as mudanças na vida cotidiana e pessoal e o surgimento da sociedade pós-tradicional, escapam do escopo da modernidade ocidental e alcançam o mundo todo a um só tempo. Isso nos leva a analisar os

relatos dos catadores que citaram o problema da poluição que se encontra em quase todos os municípios do país, mas que eles, com o trabalho de reciclagem, podem colaborar com a limpeza e melhoria do meio ambiente.

Enfim, a consciência ambiental é relevante para a qualidade de vida das sociedades. Pode-se excluir a temeridade dos riscos dos acontecimentos futuros ou tornar-se ciente dos riscos e sofrer as conseqüências da consciência da contingência, isto é, sofrer o mal da "consciência infeliz" (BRÜSEKE, 2001),. Esta se refere à percepção que visualiza adequadamente os problemas que devem ser enfrentados para garantir uma sociedade sustentável. Alguns relatos indicaram a preocupação dos catadores com a falta de consciência ecológica das pessoas que não colaboram com a Coleta Seletiva Solidária. Todavia eles procuram demonstrar a relevância da reciclagem para a diminuição da poluição da natureza e para a sua própria vida, pois ela se constitui numa fonte importante de geração de renda e trabalho. Portanto, representa uma estratégia de sobrevivência e inclusão social no contexto do trabalho precário predominante na nossa sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Sociologia Ambiental está avançando no processo de institucionalização de um novo campo de pesquisas, ensino e debate sobre a temática ambiental em perspectiva sociológica. Atualmente existe o crescente reconhecimento de que o meio ambiente é condicionado, em grande parte, pela organização social. Ou seja, embora a crise ambiental tenha uma inegável base biofísica, além de dimensões tecnológicas e demográficas, esses fatores são influenciados e determinados pelos modelos políticos, econômicos e sociais que definem a ordem e a desordem social contemporânea.

O aporte da Sociologia Ambiental se reveste de decisiva importância na compreensão e busca de respostas para os atuais problemas socioambientais. De acordo com essa compreensão deduz-se o papel fundamental da Sociologia Ambiental no subsídio às políticas públicas direcionadas à melhoria da qualidade de vida, articulada a variáveis sociais, econômicas, políticas, tecnológicas, demográficas e culturais interconexas.

Cabe também à Sociologia Ambiental, embora não exclusivamente, a tarefa de divulgação e conscientização pública e política a respeito da dimensão ambiental de inúmeros problemas sociais que não são concebidos como tal. Exemplos desse fato são os diversos problemas relativos à saúde pública, aos padrões de produção e consumo, ao saneamento, à degradação urbana, ao abastecimento de água, aos acidentes de trabalho e de trânsito e aos riscos provenientes do modelo tecnológico predominante na nossa sociedade, que não são diretamente percebidos como produtos da crise ambiental. Esses problemas são geralmente tratados de forma fragmentada, quando poderiam ser politicamente abordados como componentes de uma demanda ambiental mais geral, que se expressa como uma reivindicação pela ampliação da cidadania e pela melhoria da qualidade de vida coletiva.

No que se refere à atividade de produção teórica e de pesquisa há a possibilidade de articular a questão ambiental com temas sociológicos da atualidade como é o caso das análises da sociedade pós-industrial, do deslocamento do emprego para o setor de serviços, das modificações nos padrões de consumo dos recursos naturais, dos novos sistemas de produção industrial, da questão energética, do enfrentamento da escassez de recursos, da urbanização desordenada, da questão demográfica, agrícola, biotecnológica, da engenharia genética, dos transportes, da sociologia da família como núcleo primário de consumo e educação, do complexo de produção/consumo, entre outras possibilidades, no sentido da construção de uma sociedade direcionada para um desenvolvimento mais sustentável.

No decorrer deste trabalho, buscou-se focar as dinâmicas relativas à construção de identidades “profissional, social e pessoal” dos catadores de material reciclável, por meio da análise de processos de organização político-social dos membros do Programa Catavida de Novo Hamburgo, RS.

Tendo-se como fio condutor a iminência de crise socioambiental generalizada, no contexto do que Beck (1997; 1998; 2010) e Giddens (1987; 1991; 2002; 2010) denominaram “Sociedade de Risco”, as soluções adotadas para o problema do acúmulo de resíduos sólidos variam conforme o modelo de desenvolvimento adotado. Assim, o Programa Catavida visa a constituição de um sistema integrado de autogestão, que implica em um grau de conscientização ambiental maior da população e dos trabalhadores envolvidos na reciclagem de resíduos.

Os dados provenientes da pesquisa empírica indicaram que o trabalho de coletar resíduos com potencial de reciclabilidade vem sendo realizado por setores excluídos da população, que freqüentemente vivem em situação precária. Frente a essa situação, representantes de poderes públicos têm tomado a iniciativa de intervir ou de dialogar com os catadores de material reciclável por intermédio do Programa Catavida. Desta forma objetivam possibilitar a implantação de sistemas de gestão, por meio de acordos com os catadores, fomentando-se sua organização para que passem a trabalhar em forma de associação ou de cooperativa e deixem de separar os resíduos em áreas residenciais ou nas próprias ruas, o que geralmente leva a estigmatização dessas pessoas.

A possibilidade de organizar os catadores nas atividades de triagem/reciclagem dentro de galpões construídos para esse fim, conforme princípios associativos ou cooperativos no âmbito do que se define como Economia Solidária, nem sempre é realizada com êxito, devido aos baixos níveis de integração social e de prática em trabalho coletivo que muitos deles demonstram. O Programa Catavida representa uma importante iniciativa nesse sentido e a pesquisa indicou avanços significativos na melhoria da qualidade de vida dos catadores e na sua consciência socioambiental.

De maneira geral, tendo-se em conta a emergência e a relevância da questão da geração e da disposição dos resíduos sólidos em uma grande cidade como um dos mais sérios problemas ambientais urbanos, a tentativa de equacionar esse problema por meio da criação de nichos de trabalho para segmentos da população de baixa renda pode se revelar frutífera. No entanto, é necessário que as entidades envolvidas no processo atentem para as necessidades e as dinâmicas específicas dos catadores/recicladores, que vêm, aos poucos,

conquistando uma identidade própria e, dentro de ritmos particulares, empoderando-se nas suas trajetórias.

Para finalizar esta análise interpretativa podemos concluir que a reciclagem, considerada como uma questão social, se constitui num campo prioritário para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável, com impactos significativos na dimensão econômica, ambiental, social e humana. Os catadores de materiais recicláveis são fundamentais para tratar adequadamente do destino do lixo produzido pela sociedade de consumo. Por outro lado, consumidores atentos à geração de resíduos, podem contribuir, destinando diretamente os seus resíduos para a reciclagem, ao se preocupar com a dimensão econômica e ecológica do seu ato.

Os catadores também produzem os seus próprios significados ao tematizarem a sua realidade social e procurarem dar um encaminhamento adequado aos problemas por eles enfrentados, por meio de novas concepções sobre as suas relações de trabalho e condições de vida nos centros urbanos.

E por último, os catadores, ao buscarem equacionar a questão social da reciclagem na qual estão envolvidos, vão se constituindo como sujeitos ativos. Por meio de suas múltiplas reflexividades conjugam a produção de novos significados e ações, enquanto condição necessária para intervir efetivamente nas decisões que envolvem a sua própria realidade e o contexto social mais amplo.

REFERÊNCIAS

- ABAL – Associação Brasileira de alumínio. Disponível em: www.abal.org.br. Acesso em: 06 jun. 2011.
- ABIPET – Associação Brasileira da Indústria do PET. Disponível em: www.abipet.org.br. Acesso em: 06 jun. 2011.
- ABRALATAS – Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade. Disponível em: www.abralatas.org.br. Acesso em: 06 jun. 2011.
- ABREU, Maria de Fátima. **Do lixo à cidadania: estratégias para a ação**. Brasília: UNICEF/Caixa Econômica Federal, 2001.
- ANDER-EGG, Ezequiel. **Técnicas de investigación social**. Buenos Aires: Editorial Humanitas, 1995.
- AUTOGESTÃO: Catador é profissão, catador não tem patrão. **MNCR**. Disponível em: <http://www.mnrc.org.br/box_2/noticias-regionais/autogestao-catador-eprofissao-catador-nao-tem-patrao>. Acesso em: 29 abr. 2011.
- BARRY, John. **Environment and theory social**. London: Routledge, 1999.
- BECK, Ulrich. **Ecological politics in age of risk**. Cambridge: Polity, 1995a.
- _____. **Ecological Enlightenment: essays on the politics of the risk society**. New Jersey: Humanities Press, 1995b.
- _____. **Democracy without enemies**. Cambridge: Polity, 1998b.
- _____. **Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo : Ed. 34, 2010.
- _____. **World risk society**. Cambridge: Polity, 1999.
- BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.
- BOEIRA, Sérgio L. **Coleta seletiva de lixo: o nó sistêmico**. Disponível em: <<http://www.imevirts.com.br/lixo.htm> > Acesso em: 6 maio 2011.
- BORTOLI, Mari A. **Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos**. Revista Katál v. 12 n. 1, Florianópolis, 2009.
- BRACELPA- Associação Brasileira de Celulose e Papel. Disponível em: www.bracelpa.org.br. Acesso em: 07 jun. 2011.
- BRANDÃO, C. R. Participar-pesquisar. In: BRANDÃO, C. R. (org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BRÜSEKE, F.J. **A Técnica e os Riscos da Modernidade**, Florianópolis, UFSC, 2001.
- CAMPOS, Marília M. F. de Campos. **Educação ambiental e paradigmas de interpretação da realidade: tendências reveladas**. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, SP, 2000.
- CAPPELLI, Silvia (Org.). **Resíduos sólidos**. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, 2002.
- CARDOSO, Alexandre. O Catador não pode pagar pela crise! Disponível em: <http://www.mnrc.org.br/artigos/o-catador-nao-pode-pagar-pela-crise>. Acesso em: 03 maio 2011.
- CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.
- Cartilha Conscientização Ambiental. Prefeitura de Novo Hamburgo, Secretaria do meio Ambiente, 2011.
- CARTILHA de formação. **Setor de comunicação do MNCR**, São Paulo, 2010.
- Catavida – Programa De Gestão Social de Resíduos Sólidos. Prefeitura de Novo Hamburgo, 2009.

- CEMPRE. Compromisso Empresarial para a Reciclagem. Disponível em: <http://www.cempre.org.br>. Acesso em 06 jun. 2011.
- DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. O empoderamento da mulher: direitos a terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Ed. Da Universidade (UFRGS), 2002.
- DUTRA, Luiz A. et al. **Combate à pobreza e resíduos sólidos: como o lixo pode ser instrumento de inclusão social**, 2009. Disponível em: <http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/v_en/Mesa5/1.pdf>. Acesso em 15 maio 2011.
- ECKERSLEY, Robin. Greening liberal democracy: the rights discourse revisited. In: DOHERTY, B.; GEUS, M. de. (Org.) **Democracy and green political thought**. London: Routledge, 1996.
- GIDDENS, Anthony. **A Política da Mudança Climática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- _____. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- _____. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- _____. **The Nation-State and Violence**. Berkeley: Califórnia Press, 1987.
- _____. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GRIMBERG, Elisabeth. **Coleta seletiva com inclusão social: Fórum Lixo e Cidadania na cidade de São Paulo: experiências e desafios**. São Paulo: Instituto Pólis, 2007.
- HANNIGAN, John. **Sociologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- HISATUGO, Érika e JÚNIOR, Oswaldo M. **Coleta seletiva e reciclagem como instrumentos para conservação ambiental: um estudo de caso em Uberlândia, MG**. Sociedade & Natureza, n. 19, Uberlândia, p. 205-216, 2007.
- JACOBI, P. **Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. _____. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1997.
- JACOBS, Michael. **Green Economy**. London: Pluto Press, 1991.
- JACQUES, Maria da Graça. Identidade e trabalho. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1997.
- LASH, Scott. A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade. In: BECK, U; GIDDENS, A.; LASH, S. (Org.) **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.
- LATASA – Programa Permanente para a Reciclagem de Latas de Alumínio. Disponível em: www.latasareciclagem.com.br. Acesso em: 09 jun. 2011.
- LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- LENZI, Cristiano L. **Sociologia Ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade**. Bauru, SP: EDUSC, 2006.
- LIMA, Gustavo da C. **O Discurso da Sustentabilidade e suas Implicações para a Educação**. Revista Ambiente & Sociedade, Vol. VI, n° 2, 99-119, 2003.
- LIMA, Gustavo da C.; PORTILHO, Fátima. Sociologia Ambiental. **Revista Teoria & Sociedade**. UFMG. Belo Horizonte, n.7, junho/2001, p. 241-276.
- MARTINS, Clítia H. B. **Trabalhadores na Reciclagem do Lixo: dinâmicas econômicas, socioambientais e políticas na perspectiva de empoderamento**. Porto Alegre: FEE, 2004.
- _____. Catadoras/recicladoras na região metropolitana de Porto Alegre. Organização do Trabalho e Identificação profissional. **Mulher e Trabalho**. Porto Alegre, FEE, 2005.

Disponível em: <http://www.fee.tche.br/download/mulher/2005.artigo4.pdf> Acesso em: 11 maio 2011.

MICHELOTTI, Fernando C. **Catadores de “lixo que não é mais lixo”**: Um estudo da dimensão do reconhecimento social a partir de sua experiência de organização coletiva no Rio Grande do Sul. Dissertação de mestrado, PPGS – UFRGS. Porto Alegre, 2006.

MORIN, Edgar. **O Método I, a natureza da natureza**. Portugal: Publicações Europa-América Ltda., 1997.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL – MNCR. Disponível em: http://www.mncr.org.br/box_1/o-que-e-o-movimento. Acesso em: 15 jun.2010.

PEDROZO, Eugênio Á.; SILVA, Tânia N. **Desenvolvimento Sustentável e Abordagem Sistêmica**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

PIVA, Adriana. **A Difusão do Pensamento de Edgar Morin na Pesquisa em Educação Ambiental no Brasil**. PPG Educação. Belo Horizonte: UFMG, s/d.

PRÁ, Jussara Reis. Cidadania de gênero, capital social, empoderamento e políticas públicas no Brasil. In: BAQUERO, Marcello (Org.). **Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre/Brasília: Ed. da Universidade/UFRGS; Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 2001.

SCLIAR, Moacyr. A matéria fora do lugar. **Ciência e Ambiente**. Número temático: lixo urbano, Santa Maria: UFSM. N. 18, p- 11-12, jan/jun. 1999.

SORRENTINO, Marcos e et al. Educação Ambiental como Política Pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005

SOSNISKI, Cristina. **Repensando fronteiras entre o lixo e o corpo**: estudo etnográfico sobre o cotidiano de recicladores, catadores e carroceiros na Ilha Grande dos Marinheiros. Dissertação de Mestrado em Antropologia. UFRGS, Porto Alegre, 2006.

SPAARGAREN, G. Ecological modernization theory and changing discourse on environment and modernity. In: SPAARGAREN, G.; MOL, A. P. J.; BUTTEL, F. (Org.) **Environment and global modernity**. London: Sage, 2000, p. 41-71.

UNGARETTI, Ângela Rosana. **Perspectiva Socioambiental sobre a Deposição de Resíduos Sólidos em Arroios Urbanos**: um estudo na sub-bacia hidrográfica Mãe D’água no município de Viamão –RS. Dissertação de Mestrado, PROPUR- UFRGS, 2010.

ANEXO A
ROTEIRO DE ENTREVISTA

Pesquisa: SOCIOLOGIA AMBIENTAL: ESTUDO NA PERSPECTIVA DA SOCIEDADE DE RISCO E IDENTIDADE ENTRE MEMBROS DO PROGRAMA CATAVIDA EM NOVO HAMBURGO, RS, para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso. Aluno: Jéferson Ricardo Brito da Silva do Curso de Ciências Sociais - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Telefone do Departamento de Sociologia: 33086956.

QUESTÕES OBJETIVAS

1 - Há quanto tempo aproximadamente ingressou no Programa Catavida? _____

2 - Local de nascimento (cidade/estado): _____

3 - Idade: _____

4 - Sexo: () masculino () feminino

5 - Local de residência durante mais tempo: () rural () urbano

6 - Local de moradia:

() no mesmo bairro em que trabalha

() em outro bairro. Qual? _____

() em outra cidade. Qual? _____

7 - Qual é o seu nível de escolaridade?

() analfabeto

() ensino fundamental incompleto

() ensino fundamental completo

() ensino médio incompleto

() ensino médio completo

() ensino superior incompleto

() ensino superior completo

8 - Reside em:

() casa própria () rua

() casa alugada () albergue

() casa cedida () outra situação. Qual?: _____

9 - A casa onde reside está em terreno regularizado? () sim () não

10 - A casa em que mora é:

() de madeira

() mista

() de material

() outros. Quais?

11 - A casa onde você reside possui:

() água encanada; () luz; () banheiro dentro da casa; () fogão; () geladeira; () televisão

() telefone fixo; () freezer; () microondas

12 - Mencione quais são os itens nos quais gasta mais dinheiro mensal (moradia, alimentação, etc.)? _____

13-Quanto à relação rendimentos/gastos:

- () Mantém o orçamento doméstico equilibrado
 () Costuma estar endividado
 () Consegue poupar alguns recursos

ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO

1 – De que forma participa da Coleta Seletiva Solidária?

2-Qual é seu trabalho atual? Descreva as tarefas que realiza:

3 - Fez algum treinamento específico sobre a atividade de separação de resíduos e de reciclagem?

() sim () não. Se respondeu afirmativamente: qual? _____

4 - Gostaria de fazer algum treinamento ou curso? () sim () não. Se respondeu afirmativamente: qual? _____

5 - Renda individual aproximada do trabalho na função de catador: R\$ _____

6 - Tem outra atividade remunerada (trabalho pago), além do trabalho no galpão?

() sim () não, Se respondeu afirmativamente: qual? _____

7- Fale da relação com seus colegas de trabalho:

8- Os participantes do Programa Catavida tem feito reivindicações ao poder municipal?

() sim () não. Se respondeu afirmativamente, quais? _____

9- Como é a relação dos participantes do Programa Catavida com outras associações/cooperativas de catadores? _____

10- Você participa de eventos sociais/políticos/educacionais/culturais/religiosos da comunidade (como Clube de Mães, Orçamento Participativo, Conselho Municipal do Meio Ambiente, etc.)?

() sim () não. Se respondeu afirmativamente, de que maneira? _____

11 - Como avalia os resultados do Programa Catavida? _____

12-Como crê que o Programa Catavida é percebido pelos outros (comunidade, poder público, outras associações? _____

13-Você se preocupa com o planeta e o cuidado da natureza? () sim () não. Por quê?

14- Se você se preocupa com a poluição ambiental? _____

15-O que significa para você trabalhar com separação de resíduos e reciclagem?

16 -Que aspectos positivos e negativos você vê na sua atividade?

17-Quais são suas expectativas de trabalho? O que gostaria de fazer no futuro? _____

18- O que acha que poderia ser feito para melhorar a situação do meio ambiente na nossa sociedade?_____